



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**JANAINA SENNA MARTINS**

**A Educomunicação Socioambiental no Contexto  
das Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil.**

Rio Grande

2015

**JANAÍNA SENNA MARTINS**

**A Educomunicação Socioambiental no Contexto  
das Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Mestrado - PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental.

**Orientador:** Prof. Dr. José Vicente de Freitas

Rio Grande

2015

**JANAÍNA SENNA MARTINS**

**A EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO  
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de Avaliação formada pelos professores:

Prof. Dr. José Vicente de Freitas  
(Orientador – PPGEA/FURG)

Prof. Dr. Sírio Lopes Velasco  
(PPGEA/FURG)

Prof. Dr. Valdo Hermes de Lima Barcelos  
(UFSM)

Prof. Dr. Vitor Hugo Borba Manzke  
(IFSUL – PELOTAS)

M386l Martins, Janaina Senna

O lugar da educomunicação socioambiental no contexto das políticas públicas de educação ambiental no Brasil/ Janaina Senna Martins. - 2015.  
91f.

Dissertação (mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande / RS, 2015.

Orientador: Dr. José Vicente de Freitas.

1.Educomunicação 2. Educomunicação socioambiental. 3. Políticas públicas 4. Educação ambiental 5. Estratégia de políticas públicasI.Freitas, José Vicente de II.Título.

CDU: 504:37

Catálogo na fonte: Bel. Me. Cibele Vasconcelos Dziekaniak CRB10/1385.

## **Agradecimentos**

Ao final desta jornada, dedico uma palavra de carinho a todos aqueles que contribuíram para a concretização de um sonho que hoje se materializa nesta Dissertação.

Primeiramente ao meu orientador, Prof. José Vicente de Freitas, pelo apoio desde o momento que ingressei no mestrado, e que sempre acreditou na minha capacidade. Agradeço por sua generosidade em compartilhar comigo todo seu conhecimento e vivências no campo da Educação Ambiental. Sua paciência e estímulo apontando os caminhos que me ajudaram no desenvolvimento desta dissertação

À minha mãe, que sempre carinhosamente esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida, e pela torcida constante.

Ao meu esposo Evandro, por toda sua paciência e bondade, que soube compreender e me apoiar nos momentos em que estive concentrada no trabalho. Apoio nas horas em que mais precisei.

À minha filha Sabrina e aos meus filhos Rafael e Pedro que lidaram tão bem com as minhas constantes ausências e correrias. Meus bebês amados.

À minha querida amiga e colega de curso Ieda, que me acompanha desde os meus primeiros passos na jornada rumo à Educomunicação. Sua generosidade e bom humor em momentos de extrema importância, as trocas e reflexões compartilhadas dentro e fora da sala de aula.

À minha amiga Cláudia, colega dos tempos de graduação hoje colega de trabalho, pelo seu otimismo e apoio, ombro amigo em todos momentos.

Ao José Roig por sua eterna amizade e presença de espírito, sempre foi incentivo para que eu ingressasse no mestrado.

Aos meus irmãos Patrícia e Rubinho, duas figuras presentes em minha vida desde de sempre.

Enfim, agradeço a Deus por esta força interna, por me guiar sempre com fé e esperança por esta grande aventura chamada VIDA!

## Resumo

Trata-se de uma investigação que estudou o processo de constituição do conceito de educomunicação socioambiental, bem como sua utilização e uso, buscando, de forma particular, analisar a sua incorporação como estratégia das políticas públicas de educação ambiental. O problema central que orienta esta proposta de pesquisa pode ser enunciado na seguinte indagação: - considerando que o conceito de educomunicação socioambiental, a partir da sua constituição, expressa a possibilidade de ocupação de espaços comunicativos com vista a potencializar a voz de atores sociais envolvidos em processos educativos por intermédio do uso de diferentes tipos de mídia, como vem se dando, no contexto das políticas públicas em educação ambiental, a sua apropriação? Buscou, de forma particular, compreender a forma de apropriação da prática da educomunicação socioambiental no contexto das ações de políticas públicas de educação ambiental; analisar de que forma o exercício e a prática da educomunicação é proposta no âmbito dos “Coletivos Educadores” e da “Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente”; verificar quais são os meios de comunicação e as tecnologias utilizadas pelos atores envolvidos nos dois *cases de* processos educacionais; e avaliar os possíveis impactos/alcances gerados pelos processos de educomunicação socioambiental. A perspectiva conceitual que oferece aporte a investigação passa pela reflexão e discussão dos conceitos de educomunicação, educomunicação socioambiental, articulados aos de empoderamento e emancipação, apresentados na interface com o tema da educação ambiental e das políticas públicas. Em termos metodológicos, a pesquisa alinha-se a tradição qualitativa, tendo trabalhado com documentos técnicos gerados pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Foi utilizado o método historiográfico na análise dos dados. Como considerações finais, apontamos que educomunicação socioambiental é um conceito forjado recentemente e que serve de fundamentação a uma determinada prática relacionada aos processos formativos em educação ambiental, sendo usado como estratégia recorrente no âmbito das políticas públicas, mas ainda não apropriado pelos diferentes segmentos sociais envolvidos no processo de construção da sustentabilidade.

**Palavras-Chave:** 1. Educomunicação. 2. Educomunicação socioambiental. 3. Políticas públicas. 4. Educação ambiental. 5. Estratégias de políticas públicas.

## Abstract

This is an investigation that studied the process of incorporation of the concept of environmental educational communication, as well as their use and use, seeking, in a particular way, analyze its incorporation as a strategy of public policies on environmental education. The main problem that guides this research proposal can be stated in the following question: - considering that the concept of environmental educommunication, from its constitution, expressed the possibility of occupation of communicative spaces in order to strengthen the voice of social actors involved in educational processes through the use of different types of media, as has been occurring in the context of public policies on environmental education, their ownership? Sought, in particular, understand how to practice the appropriation of environmental educational communication in the context of public policies on environmental education; analyze how the exercise and practice of educational communication is proposed under the "Collective Educators" and "National Conference of Children for the Environment"; check what the media and the technology used by the actors involved in the two cases of educommunication processes; and any possible effects / ranges generated by environmental educational communication processes. The conceptual perspective that offers supply research involves the reflection and discussion of the concepts of educational communication, social and environmental educational communication, articulated to the empowerment and emancipation, presented at the interface with the theme of environmental education and public policy. In terms of methodology, the research is aligned with the qualitative tradition, working with technical documents generated by the Governing Body of the National Environmental Education Policy. We used the method historiographical in the data analysis. Lastly, we point out that environmental educational communication is a concept recently forged and serving of reasoning in a practice related to the formation processes of environmental education, being used as a recurrent strategy in the realm of public policy, but not yet appropriated by different social segments involved sustainability in building processes.

**Keywords:** 1. Educational Communication. 2. Environmental Educommunication. 3. Public policies. 4. Environmental education. 5. Public policy strategies.

## **Lista de siglas e abreviaturas**

**APP** - Áreas de Preservação Permanente

**ANAMMA** – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CDB** - Convenção Sobre Diversidade Biológica

**CE** – Coletivos Educadores

**C-F** – Cassette-Foro

**CESCAR** - Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Região

**CEPA** – Iniciativa de Comunicação, Educação e Conscientização Pública da Convenção sobre Diversidade Biológica.

**CECOP** - Comunicação, Educação e Conscientização Pública

**CID-Ambiental** - Centro de Informação e Documentação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

**CIESPAL** - Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina

**CJs** – Coletivos Jovens de Meio Ambiente

**CNE**- Conselho Nacional de Educação

**CNIA** – Conselho Nacional de Informação Ambiental

**CNIJMA** – Conferência Nacional InfantoJuvenil pelo Meio Ambiente

**COEDUCA** - Coletivo Educador Ambiental de Campinas

**COM-VIDA** – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida

**CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente

**CTV** – Circuito Tela Verde

**DEA/MMA** – Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

**DLIS** - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

**DT** – Documento Técnico

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**FAAC** - Faculdades Associadas de Cotia

**FAMEC** - Faculdades de Educação e Cultura Montessori

**FBOMS** – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

**FAPERGS** – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

**FEA** – Formação de Educadores Ambientais

**FNDE** – Fundo Nacional de Educação

**FNMA** – Fundo Nacional de Meio Ambiente

**FURG** – Universidade Federal do Rio Grande

**IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

**LEC** – Laboratório de Estudos Cognitivos

**MEC** – Ministério da Educação

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**NCE** -Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE)

**NJA** - Núcleos de Jornalistas Ambientais

**NTE** – Núcleo de Tecnologia Educacional

**OG/PNEA** – Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OREALC** - Escritório Regional de Educação para América Latina e Caribe

**PANACEA** – Plano Andino–Amazônico de Comunicação Ambiental

**PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**PEAAF** – Programa de Educação Ambiental para Agricultura Familiar

**PLACEA** – Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental

**PNC** – Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais

**PNEA** – Política Nacional de Educação Ambiental

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PNUMA** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

**PPA** – Plano Plurianual

**PPP** – Projeto Político-Pedagógico

**ProFEA** - Programa de Formação de Educadores Ambientais

**PROINFO** – Programa Nacional de Informática Educacional

**ProMEA** – Programa Municipal de Educação Ambiental da Rede de Ensino/RJ

**ProNEA** – Programa Nacional de Educação Ambiental



**RAMSAR** – Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional

**RIO-92** - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

**REBEA** – Rede Brasileira de Educação Ambiental

**REBECA** – Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental

**Rede GTA** – Grupo de Trabalho Amazônico

**REJUMA** – Rede Juventude e Meio Ambiente

**RIVED** - Rede Internacional Virtual de Educação à Distância

**RNTC** - Rádio Nederland Training Centre

**SEDUC** – Secretaria Estadual de Educação

**SERPAL** - Serviço Radiofônico para América Latina

**SIBEA** – Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental

**SISNAMA** – Sistema Nacional de Meio Ambiente

**SISNEA** – Sistema Nacional de Educação Ambiental

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SESC** – Serviço Social do Comércio

**SESCOOP** - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

**SEST** – Serviço Social de Transporte

**SENAT** – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

**TIC** – Tecnologias da Informação e Comunicação

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UnB** - Universidade de Brasília

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

**USP** – Universidade de São Paulo

**UVECEP** - União Venezuelana de Centros de Educação Popular

**CESAP** - Centro de Serviço de Ação Popular

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ORIGEM E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	16
2.1Trajetória para compreender as origens desse estudo.....	16
2.2 Questão de Pesquisa e Objetivos.....	22
2.3Objetivos.....	22
2.3.1Objetivo Geral:.....	22
2.3.2Objetivos Específicos:.....	23
3. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
4. PERSPECTIVAS CONCEITUAIS.....	27
4.1 Esclarecimentos introdutórios sobre os princípios teórico-conceituais que caracterizam a investigação.....	27
4.2Educomunicação: perspectiva histórica, elementos conceituais, componentes ideológicos e culturais envolvidos na formulaçãodo conceito.....	29
4.3 América Latina: palco da difusão da práxis educ comunicativa popular como utopiaconcreta.....	36
4.4 Espaços e contextos de aplicabilidade da educomunicação.....	39
4.5 Educomunicação, Educação Ambiental e Empoderamento.....	43
4.6Educomunicação e Emancipação.....	46
4.7 Educação Ambiental, Educomunicação e Políticas Públicas.....	48
5. DA COMUNICAÇÃO AMBIENTAL À EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	49
5.1 Contextualizando a Comunicação Ambiental: um relato panorâmico.....	49
5.2 O Brasil como palco dos debates e desenvolvimento de experiências educ comunicativas.....	55
6. A INSTITUIÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	58
6.1 Educomunicação Socioambiental: o delineamento de significações no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental.....	60
6.2Particularizando o uso da Educomunicação Socioambiental como estratégia em Ações de Políticas Públicas: a CNIJMA, os Coletivos Educadores e outras Iniciativas.....	68
6.2.1Coletivos Educadores.....	69
6.2.2 A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.....	72
6.2.3.1 Projeto Salas Verdes.....	74
6.2.3.2 Programa Juventude e Meio Ambiente.....	75
6.2.3.3 Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar.....	76
6.2.3.4 Iniciativas no Campo Popular, Não-Formal e Informal.....	77

6.2.3.5 Iniciativas em políticas públicas e movimentos sociais pela sustentabilidade, associados a processos educativos.....	78
6.3 Na busca de uma síntese para esta seção.....	81
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
8. REFERÊNCIAS.....	87
9. ANEXOS.....	91

## 1. INTRODUÇÃO

O ser humano em sua essência é movido por sensações, emoções, desejos e sonhos. Sua vida é feita de sonhos, é este o combustível, a energia que o faz planejar o futuro, criar metas e colocá-las em prática. Em seu livro *Política*, Aristóteles diz que “*o homem é um animal social*”, porque o homem é um ser naturalmente carente que necessita de coisas e de outras pessoas para que possa se sentir pleno. E que o uso da linguagem é uma característica que diferencia o homem dos outros animais, sendo o único entre os animais que tem o dom da fala. Assim a fala adquire uma função social, função de se comunicar com o outro. Segundo Abdalla (2002, p.111) “a linguagem certamente surgiu da necessidade de colaboração entre os seres humanos e não da competição ou da hostilidade”, e a forma de comunicação entre o homem e seus semelhantes, estabeleceu o estreitamento de relações de cooperação e integração. Sendo através da linguagem, mecanismo pelo qual o homem se comunica, o que a torna necessidade básica a sua sobrevivência.

Mas frente as novas necessidades, “*do ser e estar no mundo*”, exigiu que o homem aprimorasse a forma de comunicar-se. Para Abdalla (2002), é através da comunicação que o ser humano se torna capaz de transformar sua realidade, sua identidade, bem como produzir conhecimento. Pois é por meio da comunicação que o homem estabelece sua presença no mundo.

Contudo, a forma de se comunicar e os meios utilizados para estabelecer comunicação, foram ao longo do tempo modificando-se. E na busca de ampliar as possibilidades de comunicar-se, o homem transformou, e conseqüentemente modificou a forma como os sujeitos interagem e se comunicavam através de uma infinidade de recursos e nas mais diversas linguagens (escrita, imagens, audiovisual etc.).

O século XX foi marcado por significativas transformações culturais, sociais, políticas, científicas e econômicas. E estas transformações estão diretamente ligadas a reestruturação de nossa sociedade como também ao surgimento de novas tecnologias, mais especificamente as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Estas tecnologias foram infiltradas em todos setores de nossa sociedade, alterando desde a vida pessoal como profissional de cada indivíduo. Todas estas transformações influenciaram na forma de comunicação entre os sujeitos, pois passamos a viver em uma sociedade midiaticizada. Neste processo os meios de comunicação (jornal, TV, rádio, etc.) desenvolveram importante papel na caminhada da sociedade de efetivos sentimentos em busca por igualdade e liberdade entre os sujeitos. Segundo Trajber (2005), os meios de comunicação, como responsáveis pela

circulação de informações, trazem para si a responsabilidade de cooperar para a efetivação da democracia na sociedade contemporânea.

E neste contexto, para Soares e Sartori (2012) as novas tecnologias estabeleceram uma rede de conexões por onde transitam conceitos, ideias, descobertas entre as diversas áreas do conhecimento, mas que ao mesmo tempo permite a sociedade transitar de forma mais efetiva nestas redes. Ou seja, a humanidade teve a oportunidade de experimentar e vivenciar, quase em tempo real, trocas e novas experiências no campo do saber, do sentir, mas principalmente do fazer. A presença massiva das TIC, tanto no século XX como XXI, com sua infinidade de dispositivos presente em cada canto do planeta, foi capaz de induzir, produzir e introduzir novas ideologias em nossa sociedade.

Neste cenário a comunicação assumiu papel fundamental, com a sua capacidade de estabelecer relações entre as diferentes esferas de nossa sociedade. Para Paulo Freire a comunicação é processo fundamental para a transformação dos seres humanos em Sujeitos. Freire estabelece a relação entre comunicação e educação, pois segundo o autor a educação é vista como um processo, pelo qual o homem constrói conhecimento, de forma partilhada, através de relações dialéticas entre ele e o mundo.

A partir da comunicação como um processo de participação social, que estabelece contato entre pessoas e grupos de diferentes classes, Moran nos diz que:

A comunicação estuda a produção, a veiculação e recepção das mensagens, tanto a nível pessoal como social, tanto na esfera do privado como na esfera pública, e a interação dos emissores-receptores numa determinada conformação econômica, política e cultural, num determinado tempo e espaço, onde se liga o factual do cotidiano com o conjuntural e estrutural (1993, p.15).

Assim, na medida em que a educação abriu espaço para a discussão, o diálogo e a cidadania, ela se transforma em mecanismo comunicativo. E a comunicação se transforma no centro do seu fazer pedagógico, ou seja, mecanismo utilizado para: compreender e questionar o mundo e suas relações.

Trajber (2005) diz que através das novas tecnologias foi possível promover aproximação de tudo que até então parecia inatingível e distante das grandes massas, essa nova compreensão do mundo fez com que a sociedade sentisse os efeitos do uso destes recursos comunicacionais, revisando e ampliando sua noção de espaço e identidade.

Por este viés, Martín-Barbero (1998, p. 27) comenta que “frente a língua e ao território, as linguagens eletrônicas, audiovisuais, musicais, ultrapassam essa limitação, produzindo comunidades hermenêuticas que respondem a novos modos de perceber e narrar a

identidade”. Este mesmo autor (2000) articula o conceito de *ecossistemas comunicativos*, que em sua concepção perpassa pelas tecnologias de informação e comunicação e se constitui como uma trama de configurações constituída pelo conjunto de linguagens, representações e narrativas que penetra na vida cotidiana de cada um de modo transversal.

Soares (1999) desenvolveu um conceito de *ecossistemas comunicativos* de forma mais abrangente, estabelecendo bases sólidas para a inter-relação comunicação e educação, a qual denominou de **Educomunicação**, e que busca:

A partir de um substrato comum que é a ação comunicativa no espaço educativo, ou seja, a comunicação interpessoal, grupal, organizacional e massiva promovida com o objetivo de produzir e desenvolver ecossistemas comunicativos através da atividade educativa e formativa. (2002, p.125).

Ao falar de *ecossistemas comunicativos*, Ismar Soares (2000c) agrega ao conceito a busca da descentralização de vozes e prioriza a dialogicidade e a interação. É onde as relações devem buscar harmonia e equilíbrio, nos ambientes onde vivem os diferentes atores sociais. O autor enfatiza que os ecossistemas comunicativos não atuam somente no mundo tecnológico e midiático, mas sim em todas as esferas da comunicação. Soares (2000b), é categórico ao afirmar que o conceito de Educomunicação está intrinsecamente ligado ao conceito de *ecossistemas comunicativos*.

A Educomunicação, como inter-relação da Comunicação e Educação, foi introduzida inicialmente por Soares, mas teve como precursores desta concepção Paulo Freire e Mario Kaplún. Freire (1996) através da sua proposta de uma pedagogia fundamentada na “intersubjetividade”, e na interação entre os sujeitos que são “coparticipantes” da produção compartilhada de conhecimento, de “sujeitos interlocutores” atuando em condições de plena reciprocidade. A proposta é permitir uma interação dialética entre os sujeitos e suas realidades.

Mario Kaplún (1986), através de sua proposta de *comunicadores populares*, aponta que é necessário conceber a comunicação como um componente do processo educativo, e diz que “educar-se é envolver-se em um processo de múltiplos fluxos comunicativos”. Nesta perspectiva de Kaplún, a inter-relação comunicação e educação, as novas tecnologias de informação e comunicação, devem ser concebidas como instrumentos, onde sua finalidade é a de problematizar e assim estimular discussões, diálogos, reflexões e a participação dos educandos.

Para Sartori & Martini(2008) a Educomunicação se configura em um campo de

intervenção social, e seu objetivo é fortalecer espaços de *expressão comunicativa*, nos quais educadores, comunicadores e atores sociais discutem problemas sociais e ambientais por meio do uso de recursos tecnológicos e de linguagens presentes nas relações da vida cotidiana.

A partir desse delineamento inicial, é possível depreender que numa sociedade democrática e de direito, como a brasileira, inspirada por uma Carta Magna que garante, na definição de políticas públicas, o controle e a participação social, a Educomunicação assume um papel estruturante na medida em que se constitui numa das estratégias capazes de viabilizar e garantir vez e voz aos diferentes segmentos sociais. Sendo assim, o seu significado e a potencialização das práticas às quais remete, são alçados à condição de relevância e aderência em todas as dimensões que conformam a sociedade.

Esta ilação nos leva a refletir e perquirir, no contexto particularizado das discussões que a sociedade contemporânea trava sobre a construção da sustentabilidade, como a Educomunicação vem sendo apropriada pelo campo ambiental, mais propriamente o papel e o uso que a ela vem sendo atribuída pelas Políticas Públicas de Educação Ambiental.

Quando o tema do desenvolvimento sustentável emerge e ganha espaço como uma questão crucial no nosso tempo, o conceito de Educomunicação passou a receber também o adjetivo Socioambiental. A expressão Educomunicação Socioambiental foi definida através do documento técnico intitulado *Programa de Educomunicação Socioambiental*(2005), publicação que integra a série de documentos publicados pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de divulgar ações, projetos e programas de educação ambiental voltados às políticas públicas de abrangência nacional. A expressão é resultado da junção de propostas da Educomunicação (SOARES, 2000) e da Educação Ambiental, e seu objetivo é potencializar processos educativos dialógicos e democráticos com uso dos recursos e tecnologias da comunicação para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Em traços gerais, a questão da Educomunicação socioambiental pode ser apresentada na síntese e fórmula indicada acima, mas nos move o interesse de detalhar melhor os sentidos e significados atribuídos à Educomunicação Socioambiental, particularmente quando é assumida como uma das estratégias da Política Nacional de Educação Ambiental. E é neste âmbito que vamos delimitar, adiante, os contornos dados a esta investigação.

Em termos expositivos, o trabalho foi estruturado em seis seções principais e subseções correspondentes, mais a introdução e anexos, sendo este utilizado exclusivamente para exemplificar uma peça educacional, no formato de boletim, usando no âmbito do trabalho desenvolvido por um Coletivo Educador.

## 2. ORIGEM E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

### 2.1 Trajetória para compreender as origens desse estudo

No nosso entendimento, há uma tarefa que antecede ao anúncio do delineamento do objeto de uma pesquisa, e que a rigor faz emergir referências que participam mesmo na conformação do próprio objeto. Referimo-nos a trajetória do sujeito que investiga. Esta posição ganha sentido na medida em que partilhamos daquela noção de objeto não enquanto algo dado ou pronto, a disposição do investigador, mas sim na perspectiva que o situa como resultado de um processo de reflexão empreendida pelo pesquisador, instigado e movido pelo desejo de explicar, de compreender, enfim, de conhecer. Nosso entendimento de *constructo* vai além, na medida mesmo em que o objeto se constituiu a partir de um encontro, de uma reflexão problematizadora, mas também se justifica ou está atrelado, em certa medida, a própria formação ou experiência do sujeito.

Assim, na nossa concepção, coloca-se como inescapável a quem investiga, remontar e refletir sobre sua própria trajetória como uma articulação válida da experiência pessoal na qual vai se forjando a condição de pesquisador, uma vez que ela também compõe as múltiplas determinações que justificam suas opções. E é nesta direção que avançamos na presente seção, procurando gerar sentidos na construção do objeto desta pesquisa no contexto do processo pessoal de construção intelectual/cultural.

Esta possibilidade de reflexão incluída aqui, em última instância, parece-nos igualmente colada a questões éticas e epistemológicas no que diz respeito à representação e voz. Discorrer sobre a própria experiência significa refletir sobre a constituição da própria identidade, evidenciando as representações da realidade na qual, também na condição de pesquisadores, comunicamos como vimos a nós mesmos e abrindo uma janela para que os outros possam nos enxergar pelas nossas afinidades ou dissociações.

A pesquisadora Antoinette Errante (2000) trata esta questão de identidade e voz como um *locus* da dignidade humana, uma vez que abre a possibilidade ao sujeito de evidenciar sua própria experiência. Afinal, quem é esta pesquisadora que se lança a uma investigação desta natureza? Qual o lugar de onde fala? Com que lentes enxerga o mundo?



A proximidade com o tema da Educomunicação começou já no ingresso na Universidade, na graduação em Geografia - Licenciatura Plena, realizada na Universidade Federal de Rio Grande - FURG, que teve lugar durante a década de 90, período em que a internet se torna popular no Brasil. Um mundo cheio de mistérios, novidades e possibilidades se descortinava, primeiramente pelo fato de estar na universidade e segundo pelo fascínio em relação ao próprio curso. As leituras, reflexões e discussões com professores e colegas sobre a sociedade contemporânea, os diferentes processos de interação do homem com o homem e ele com o meio ambiente, foram determinantes na ampliação da compreensão de mundo. Muitas inquietações também surgiram, era o confronto das verdades estabelecidas com as novas possibilidades de leitura do mundo, que emergiam a cada dia.

O uso do computador associado à internet abriu novas portas, novos caminhos que levaram à Educomunicação. Primeiramente através da internet, como ferramenta para pesquisa de diferentes formas de conteúdos e produções acadêmicas, e na relação com essas informações, colocava-se a necessidade de leituras críticas. Era o contato com uma grande variedade de material midiático, por onde circulavam diferentes representações nas mais diferentes linguagens (som, imagem, textos, vídeos) em um só lugar, ao alcance de todos na velocidade de apenas um clique.

Nesta época desenvolvemos a percepção de que, ao mesmo tempo que estávamos no papel de receptores, poderíamos também, a qualquer momento, assumir o papel de protagonistas naquele cenário virtual. Entretanto, possuir em casa um computador e internet era uma condição que não estava ao alcance de todos. Como bolsista (FAPERGS), atuamos no laboratório de meteorologia da FURG, e por meio do projeto de pesquisa desenvolvido, oportunizou-se o contato diário com aquela ferramenta tão cobiçada, o computador. A relação e experiência com o laboratório de meteorologia se estendeu até o ano de conclusão da graduação. Este período representou uma vivência com o mundo da pesquisa, da interpretação e desenvolvimento de material acadêmico através do uso das novas tecnologias. Essas experiências viabilizaram o amadurecimento da percepção de que a inter-relação da comunicação com os processos pedagógicos poderia modificar as relações sociais, o entendimento de como era fácil construir e desconstruir identidades.

Durante este mesmo período, através de pesquisas e trabalhos acadêmicos, ocorreu o encontro com a Educação Ambiental, de forma consciente e crítica. Foi a oportunidade para mergulhar na busca do entendimento de como os seres humanos constroem história e se reconstróem constantemente através de sua relação com o mundo, na busca de transformar o mundo em lugar melhor para se viver.

É claro, as respostas definitivas capazes de diminuir as dúvidas e inquietações não vieram, e a busca de explicações ou soluções continua. Este fato pode indicar a razão pela opção em relação ao Mestrado em Educação Ambiental, pois significaria uma nova oportunidade de aproximação com o tema que me recebeu na Universidade, a Educomunicação, mas agora vista pela sua dimensão socioambiental.

Durante a trajetória profissional, uma das primeiras atividades no ensino formal foi justamente a de participar da II Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, na sua primeira edição, em 2003, na qual a tarefa assumida foi a de organizar e mobilizar a comunidade escolar local (no município do Rio Grande/RS) com vista ao seu envolvimento e participação naquele processo de conferência. No contexto desta experiência foi possível observar a comunidade escolar se apropriar do material disponibilizado, buscando novas fontes de informações em um engajamento e preocupação com os problemas socioambientais de forma crítica, solidária, em prol da conquista de uma melhor qualidade de vida. E num universo de propostas que emergiram desse processo, acompanhamos o coletivo de alunos envolvidos sendo representado na figura de uma aluna-delegada, à época com 13 anos de idade, no grande grupo que foi participar da fase nacional daquela edição da CNIJMA, realizada em Brasília.

Início do século XXI, ainda era novidade a inserção das novas tecnologias no ambiente escolar. Embora atuando como professora de geografia, em uma escola tradicional, procuramos estender a sala de aula para além dos muros da escola. Todo material didático, principalmente os livros eram, e continuam sendo, muito distante da realidade de nossos alunos, o que nos impulsionou na busca de novas ferramentas que despertassem o interesse discente. Nesta busca adotamos a experiência vivida na graduação, através do uso de novas tecnologias e a produção de conteúdo. Nossa proposta de trabalho também se estendeu a outros professores, ou seja, buscando desenvolver projetos de pesquisa direcionando os conteúdos da grade curricular às práticas e às realidades dos nossos alunos de forma interdisciplinar. No primeiro momento a ideia não agradou aos colegas, que diziam ser trabalhoso demais e que não teria resultado positivo.

Ainda assim buscamos caminhar nessa perspectiva. Foram iniciados pequenos trabalhos de pesquisa que se limitavam a sala de informática. Os alunos que estavam acostumados a serem apenas expectadores do mundo virtual, limitados ao uso do *ORKUT* e *MSN* à época, foram convidados a explorar bibliotecas virtuais, museus de vários cantos do mundo e se mostraram surpresos pela gama de material que se apresentava. Visitamos de forma virtual vários países e cidades, em investigações sobre seus aspectos geográficos e

culturais. E de forma a compartilhar as descobertas organizávamos pequenos seminários, nos quais, os alunos, em pequenos grupos, apresentavam suas descobertas aos colegas em um espaço de diálogos e interação.

Posteriormente, lançamos a proposta de estudo sobre nossa cidade, mais especificamente sobre o bairro onde nossa escola estava inserida, o bairro-balneário do Cassino. Para isso fizemos saídas de campo pelo balneário e o seu entorno, pela linha de praia, observando o meio ambiente e a forma como as pessoas se relacionavam com ele, tudo registrado através de máquinas fotográficas e celulares. O trabalho final foi lindamente apresentado pelos alunos a toda comunidade escolar, no próprio ambiente da escola, durante a realização da “Exposição Cultural”. O projeto era composto das imagens produzidas pelos alunos (fotos, desenhos a mão e desenhos utilizando ferramenta digital), fotos antigas do bairro oriundas de acervo particular e da Biblioteca Pública, por vídeos produzidos durante as saídas de campo, vídeos com entrevistas realizadas junto a moradores e vídeos que mesclavam imagens com outros vídeos. Também foi organizado um espaço para apresentação oral dos trabalhos com vários temas como, por exemplo: poluição, fauna e flora, histórico do bairro entre outros. Esta foi uma daquelas experiências que deixam marcas; os alunos entusiasmados e alegres apresentando conteúdos produzidos por eles, percebiam-se num outro papel, mesmo que não tivessem ainda a plena consciência sobre a distância que separa sujeitos protagonistas de sujeitos expectadores. A experiência foi exitosa e, pelo seu alcance, naquele mesmo ano fui convidada pela 18ª Coordenadoria de Educação para trabalhar no Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE.

Foi como professora e coordenadora do NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional) em Rio Grande, que se viabilizou a realização do Curso de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e da Comunicação na Promoção da Aprendizagem, em 2006. E foi durante esta especialização, realizada na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), junto ao LEC (Laboratório de Estudos Cognitivos), coordenado pela Prof. Lea Fagundes, que nos deparamos formalmente com o conceito de Educomunicação. O Laboratório de Estudos Cognitivos do Instituto de Psicologia da UFRGS, é um centro de pesquisa, que desde 1979, investiga os processos cognitivos dos estudantes em situações de aprendizagem através do uso e interações com as novas tecnologias da informação e comunicação, em especial o computador.

Durante este período o termo Educomunicação nos foi apresentado como um novo campo da inter-relação da comunicação/educação. E foi a partir deste entendimento que

percebemos, mesmo sem ter consciência, que já estávamos aplicando a Educomunicação no ambiente escolar.

A partir de então, a experiência com a Educomunicação foi se ampliando e aprofundando em diferentes direções, na criação e uso de material midiático, nas reflexões sobre as teorias educacionais, bem como na interação entre os processos de aprendizagem e os processos de comunicação. Em todas as disciplinas nos eram apresentados uma infinidade de recursos tecnológicos (programas, hardwares e softwares) e nossa principal tarefa, além de compreender e utilizar estas ferramentas, era a de direcionar o seu uso significativo em ambientes educacionais. Em outras palavras, devíamos direcionar o uso das TIC no ambiente escolar auxiliando o processo de ensino aprendizagem.

Juntamente à apropriação das TIC também era necessária uma imersão nas *Teorias da Aprendizagem*, o que abriu caminho para um mergulho no universo de grandes autores e estudiosos como Vygotsky, Ausubel, Pierre Levy, Piaget e Paulo Freire. Com base nos pressupostos destes estudiosos o fazer pedagógico tornou-se objeto de reflexão, assim o foi também em relação ao tema da Educomunicação enquanto área de intervenção em espaços educativos, e na ressignificação da relação dialógica entre educador e educando e na reflexão crítica a partir do uso da linguagem.

Neste ponto também ocorreu uma aproximação e experiência mais consistente com o tema da Educomunicação, levando inclusive a promoção de atividades nesse campo. Um dos trabalhos realizados durante a especialização refere-se a uma atividade desenvolvida junto à Educação Especial na Escola Estadual de Ensino Fundamental Barão do Cerro Largo, em Rio Grande, RS, que acabou se transformando num grande desafio, o da promoção da Educação Ambiental junto a alunos da Educação Especial (com deficiência mental leve) por meio da Educomunicação. Mais uma vez meu caminho vai ao encontro da Educação Ambiental.

Nesta atividade, a proposta foi trabalhar com projetos de aprendizagens, aplicando os pressupostos estudados na disciplina de Teorias Educacionais. Optamos por trabalhar com os conceitos de Paulo Freire, Ausubel e Vygotsky. E como constituía-se numa novidade o trabalho junto a alunos com necessidades especiais, apresentou-se como uma boa alternativa a constituição de parceria com outro colega do curso. A atividade foi direcionada de forma que tivesse algum significado para os alunos, e por isso voltou-se para a questão do meio ambiente. A turma foi dividida em dois grupos e o tema de pesquisa desenvolvido por eles partiu do interesse de cada grupo: água e eletricidade. Partindo de dúvidas e certezas foram construídos mapas conceituais e a partir deles foram feitas pesquisas sobre o assunto, saídas pelo entorno da escola, visita a biblioteca, produção e material impressos, imagens, desenhos

e vídeos. O resultado desta atividade está disponível no endereço: <http://janinaejose.pbworks.com/w/page/6970481/FrontPage>.

Após a conclusão desta especialização, trabalhando no NTE de Rio Grande, participamos das várias capacitações direcionadas aos professores da rede pública, que envolviam o uso de novas tecnologias no cotidiano escolar, mas principalmente no desenvolvimento de projetos educacionais.

Outra atividade realizada nesta linha deu-se junto ao Programa de Educação Ambiental do Porto de Rio Grande – ProEA/PRG, voltado aos alunos de escolas públicas localizadas nas comunidades e áreas do entorno do Porto Organizado, numa ação chamada “Coletivos Mirins”. Neste projeto se priorizava a instituição de processos educativos em Educação Ambiental através da ação-reflexão-ação, partindo da relação entre o global e o local, que se efetivou via práticas educacionais, pesquisas, informações e socialização das atividades por meio do Blog ProEA-PRG (<http://proea-prg.blogspot.com.br/>).

Essas experiências também contribuíram para que em 2011 fosse trabalhar como professora tutora e orientadora em Curso de Formação Continuada a Distância em *Mídias na Educação*, oferecido pelo IF Rio Grande com Polo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, iniciativa da Secretaria de Educação a Distância do MEC em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais, IF e as Universidades Públicas de todo país. Hoje, nossa atuação é ainda como professora e tutora no Curso Aprendendo e Ensinando com as TIC, na modalidade EAD oferecidos pelo MEC através do programa Proinfo/MEC (Programa Nacional de Tecnologias Educacionais) em parceria com a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação/RS). Nestas atividades buscamos compartilhar as experiências no campo da Educação com outros professores, buscando principalmente refletir sobre a sua inserção no processo de ensino aprendizagem que desenvolvem, almejando exercitar novas formas de recepção, produção e circulação de conhecimentos.

E a busca de um maior aprofundamento no caráter socioambiental da Educação nos inspirou na decisão de realizar uma imersão no tema, na forma de pesquisa de mestrado. As intenções iniciais voltaram-se para o processo de apropriação da Educação Socioambiental no contexto de uma das ações de políticas públicas de educação ambiental mais exitosas e abrangentes, voltadas para o espaço do ensino formal, a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. A vontade ganhava muita pertinência, naturalmente, não somente em função da experiência desenvolvida no âmbito da primeira edição da Conferência, mas igualmente pela condição de professora que busca refletir sobre o alcance

pedagógico e formador desta ação, com atenção especial a aplicabilidade e usos dos processos educacionais, adotados como eixo e estratégia estruturante da própria ação.

Entretanto, o processo gradual de reflexão sobre a pesquisa, considerando as perspectivas e limitações, redirecionamos o recorte epistemológico, passando a circunscrevê-lo na busca de uma compreensão sobre o papel atribuído a educação socioambiental como estratégia de diferentes iniciativas, ações, projetos e programas que, desde a institucionalização da Lei 9.795/99, dão corpo e materialidade à implementação da Política Nacional de Educação Ambiental.

Para concluir esta seção, vamos buscar inspiração em Paulo Freire, numa reflexão que já nos remete, mesmo que em termos gerais, neste momento, para um entendimento sobre o papel atribuído a educação, o de colaborar no processo de transformação de cada homem, de cada mulher, enfim, dos diferentes segmentos e atores sociais em editores e protagonistas das suas próprias vidas.

O Fato de me perceber no mundo, como o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito da história. (Paulo Freire, 1996, p.31.)

## 2.2 Questão de Pesquisa e Objetivos

O problema central que orienta esta proposta de pesquisa pode ser enunciado na seguinte indagação: - *considerando que o conceito de Educação socioambiental, a partir da sua constituição, expressa a possibilidade de ocupação de espaços comunicativos com vista a potencializar a voz de atores sociais envolvidos em processos educativos por intermédio do uso de diferentes tipos de mídia, como vem se dando, no contexto das políticas públicas em educação ambiental, a sua apropriação?*

## 2.3 Objetivos

### 2.3.1 Objetivo Geral:

- Analisar a forma de apropriação da prática da Educação socioambiental no contexto das ações de políticas públicas de educação ambiental.

### 2.3.2 Objetivos Específicos:

- Compreender, numa perspectiva histórica, a atribuição dos sentidos e significados que culminaram na formulação do conceito de educomunicação e educomunicação socioambiental;
- Analisar o *Programa de Educação Socioambiental* proposto pelo OG-PNEA como “manual orientador das ações educacionais” no intuito de compor um quadro de entendimento sobre o seu referencial conceitual;
- Construir um mapeamento das ações, iniciativas, projetos e/ou programas no contexto das políticas públicas de educação ambiental que utilizam a estratégia da Educomunicação Socioambiental;
- Caracterizar de que forma o exercício e a prática da Educomunicação Socioambiental é proposta no âmbito das diferentes iniciativas e ações de políticas públicas de EA mapeadas, buscando dar ênfase aos “Coletivos Educadores” e à “Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente”;

## 3. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A concepção na qual foi referenciada o entendimento sobre a teoria, nos termos expostos anteriormente, também contribuiu para definir o método enquanto algo dinâmico, que abarca todas as opções e decisões do pesquisador ao longo do processo de pesquisa, desde a construção do objeto, passando pelo encaminhamento da pesquisa propriamente dito, o que

envolve técnicas de coleta de dados, de análise, desembocando na estruturação e redação final do trabalho. Em síntese, envolve todo o processo de reflexão sobre os caminhos da pesquisa e vai se constituindo passo a passo, fruto da própria experiência que o investigador vai construindo, fruto do diálogo entre teoria e evidências.

Quanto à abordagem, inserimos esta investigação na perspectiva da pesquisa qualitativa, uma vez que buscamos o aprofundamento da compreensão do objeto estudado, no caso o papel da educomunicação socioambiental no contexto das políticas públicas em educação ambiental, buscando produzir novas informações sobre este assunto a partir da construção de explicações que revelem as dinâmicas e significados envolvidos no acolhimento do fenômeno da educomunicação socioambiental como estratégia de implementação da PNEA.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Entendemos que esta pesquisa enquadra-se com clareza em três características da pesquisa qualitativa: **a objetivação do fenômeno**, na medida em que o foco central do esforço investigativo está bem delineado e, em torno dele, buscamos compreender a dinâmica e as relações que o envolve; **hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar**, que a rigor contribuiu na organização e estruturação do próprio texto; uma certa condição de fidedignidade interativa entre os objetivos propostos, a orientação teórica e as evidências que foram trabalhadas.

Quanto aos procedimentos, situamos este trabalho a partir da conjugação de duas perspectivas, de cunho bibliográfico e documental. Classificamos como bibliográfica na medida em que lançamos mão de literatura especializada para discutir e entender o processo que levou a constituição do conceito de “educomunicação” e “educomunicação socioambiental” numa perspectiva histórica. E é igualmente nomeada como documental uma vez que trabalhamos com fontes que ainda não receberam tratamento analítico, e nesse caso nos referimos aos documentos técnicos produzidos pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental sobre o *Programa de Educomunicação Socioambiental*.

No que concerne ao encaminhamento da pesquisa, realizamos um trabalho prévio de rastreamento bibliográfico, procurando localizar e selecionar títulos relacionados ao tema central. Quando possível, o levantamento foi feito diretamente no acervo de bibliotecas, com especial recorrência ao acervo do Centro de Informação e Documentação Ambiental do



Ministério do Meio Ambiente (CID-Ambiental), tentando recuperar as informações pertinentes por título ou tema, mas trabalhamos acentuadamente buscando materiais nos repositórios digitais disponíveis.

Para o registro e anotação dos dados identificados já a partir desta fase, organizamos um fichário de pesquisa, pois proporcionaria uma maior objetividade e organização do trabalho. Este fichário foi subdividido em três seções: fichário de bibliografia e conteúdo teórico; fichário de bibliografia e problemas específicos sobre o tema e fichário de conteúdo dos dados recolhidos. Em cada seção do fichário, classificamos o material selecionado por assunto, tipo, etc., de maneira a facilitar o andamento das tarefas.

O rastreamento resultou na reunião, em termos gerais, de um conjunto bibliográfico que se constituiu num suporte razoável sobre educomunicação, principalmente considerando a produção gerada no Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, coordenado pelo Professor Ismar Soares, e sobre a trajetória profissional e político-social de um dos primeiros ícones da discussão sobre comunicação popular na América Latina, Mário Kaplún, assim como acessamos boa parte da sua produção intelectual.

A segunda fase da pesquisa consistiu propriamente no trabalho de levantamento documental, envolvendo a busca pelos documentos técnicos produzidos pelo OG/PNEA relacionados ao *Programa de Educomunicação Socioambiental* aos seus respectivos desdobramentos, assim como mapeamos e estudamos o conjunto das ações, iniciativas, programas e projetos vinculados as políticas públicas de educação ambiental que adotaram a educomunicação socioambiental como estratégia de implementação.

No tratamento dado aos documentos, atentamos para algumas precauções, observações presentes na literatura que aborda esta técnica de coleta de dados: a) para a consciência que os documentos expressam objetivos particulares, não necessariamente respondendo diretamente à questão-chave formulada; b) reconhecimento de que “os documentos expressam representações que ali foram intencionalmente demarcadas.

Importante salientar que o levantamento documental também se estendeu pelo mundo virtual, pois inúmeras peças educacionais relacionadas a diferentes processos de formação de educadores ambientais foram postadas na internet, estando disponíveis em grande número. Não obstante a existência deste material, usamos apenas alguns para fins de ilustração dos nossos argumentos, ou mesmo remetemos o leitor ao endereço do link para fins de reconhecimento do tipo de material disponível.

A estratégia da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente é uma das ações com grande número de postagens de peças educacionais. Para fins de

exemplificação, indicamos um conjunto de vídeos produzidos no contexto das 04 edições da CNIJMA e postados na internet, entre os quais:

- Vídeo de divulgação da etapa regional da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente realizada em Cacoal nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=nvn7PJQcljQ>
- A equipe da Sala Verde UFSC trabalha com escolas da rede pública preparando alunos de quinta a oitava série para a III Conferência. Esse vídeo faz parte do material preparado pela Sala Verde UFSC sobre os quatro temas - fogo, água, terra e ar - a serem discutidos na conferência. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=oz4tPDKqUP4>
- Passo a passo para participar da Comunidade Virtual de Aprendizagem da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente - Vamos Cuidar do Brasil! Material elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional de São Luís Gonzaga, no Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ep-CLKBL3rl&feature=related>.
- Estudantes de todo o país se reúnem em Brasília para discutir projetos voltados para ações ambientais. Eles participam da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Reportagem produzida para a TV MEC. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=4jkNTSwHNqk&feature=related>
- Entrevista com nossa aluna Thâmara, representante na III conferência nacional infanto juvenil pelo meio ambiente, 03 a 08 de abril de 2009. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=sdqSSQYAErA&feature=related>;
- Estudantes de todo o país se reúnem em Brasília para discutir projetos voltados para ações ambientais. Eles participam da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Reportagem produzida para a TV MEC. Disponível.
- Vídeo Síntese da etapa nacional da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, realizado em Brasília, de 23 a 28 de novembro de 2013. Disponível em: <http://youtu.be/91rzLJSpOIE>

Gradualmente fomos organizando o material rastreado, tanto bibliográfico quanto documental, procedendo a leitura, a seleção, a análise e definindo as estratégias de apresentação no contexto do trabalho, possivelmente a fase mais angustiante pela necessidade de recortes e pelas dúvidas inerentes.

Como análise do material, nos referenciamos no método de análise documental, buscando dar ênfase ao âmbito sócio-histórico e tentando evidenciar significados e sentidos presentes nos documentos e também na produção bibliográfica levantada para esta pesquisa.

## **4. PERSPECTIVAS CONCEITUAIS**

### **4.1 Esclarecimentos introdutórios sobre os princípios teórico-conceituais que caracterizam a investigação**

A proposição do presente capítulo é a de contextualizar e discutir perspectivas conceituais que permeiam esta pesquisa, tarefa que é executada a partir da compreensão e do entendimento da investigação como exercício crítico do pensamento ressignificado permanentemente no curso de uma investigação à luz das possibilidades que as evidências e os dados coletados apontam.

Situamos nossos referenciais de investigação numa condição de um certo distanciamento daquela herança cientificista que valoriza sobremaneira procedimentos apriorísticos adotados antes da própria pesquisa se encaminhar, como condição capaz de conduzir ao conhecimento e garantir o padrão científico sem, no entanto, prescindirmos desses elementos norteadores. Delineamos os referenciais dessa pesquisa num processo permanente de reflexão, onde problematização, teoria e método são objetos da ação contínua do pesquisador.

Ao adotarmos nessa pesquisa tal perspectiva, cuja inspiração vem de uma obra referencial no campo da Ciências Humanas, *A Pesquisa em História* (1991), acolhida e usada de forma modelar na dissertação de Mestrado de Ieda Maria Duval de Freitas (2003) junto ao PPGA/FURG, só poderíamos encarar teoria enquanto um fazer-se permanente. Partimos do princípio de que não seria possível adotar conceitos abstratos, produzidos fora do diálogo com os dados coletados. Colocamo-nos na condição de que o pesquisador é capaz de pensar a teoria, de elaborar conceitos no processo de explicação, pois as evidências participam (de) e contém essa explicação, o que significa dizer que teoria e evidência se determinam mutuamente. (VIEIRA apud FREITAS, p. 28-29).

O processo de delineamento do objeto já representa o estabelecimento de vínculos e referenciais conceituais. Neste estudo, já estava dado, desde o início, a necessidade de imersão e definição de parâmetros explicativos em torno da categoria estruturante da pesquisa, a educomunicação, e das demais categorias que compõem as relações às quais remete. No começo desta jornada, vislumbrávamos a necessidade de acolher entre as referências conceituais a chamada “teoria da ação comunicativa”, que pelas reflexões posteriores e amadurecimento de entendimento, apresentou-se normais como uma base importante a ser lembrada e menos como opção de diálogo e categoria explicativa em função das conexões definidas pela afinidade e coerência. A postura de reflexão permanente levou-nos a enxergar outras redes e vínculos, coerentes, remetendo assim, por pertinência, a discussão sobre “empoderamento” e “emancipação”, pois se é possível determinar uma intenção última nos processos educacionais, é justamente a de colaborar na construção de autonomia dos diferentes atores sociais, possibilitando assim que sejam protagonistas das

suas próprias histórias.

A compreensão dessa teia relacional é condição que nos leva ao entendimento da dimensão socioambiental da educomunicação. E quando este conceito passa a inspirar uma prática alinhada ao processo de construção da sustentabilidade, é tomado como referência instrumental a orientar o trabalho de comunicação ambiental, tanto no segmento não governamental quanto no governamental. E esta investigação foca uma dessas instrumentalizações, justamente quando a educomunicação socioambiental é elevada à condição de referência e estratégia no processo de implementação das políticas públicas de educação ambiental.

Naturalmente, também compõe este escopo o estabelecimento, mesmo que de forma panorâmica, de um fio lógico que articula essas questões conceituais no campo da educação ambiental no âmbito das políticas públicas. Assim, é possível dizer que construímos as perspectivas teórico-conceituais no diálogo entre os indícios e as evidências que manuseamos e a interlocução proporcionada pelas reflexões advindas da literatura especializada.

Interessante mencionarmos que em algumas situações, uma bibliografia já bastante conhecida e disponível facilitou nossa tarefa. A reflexão sobre educação ambiental e políticas públicas são bons exemplos, em função de considerável produção sobre esses temas. Noutro sentido, apesar de já identificarmos grupos de estudiosos, notadamente na Universidade de São Paulo, dedicados as formulações em torno do conceito de educomunicação, a produção intelectual e a literatura ainda não é tão farta.

Acreditamos que à medida que o texto se constitui o referencial conceitual vai ganhando forma, mas reconhecemos que, por vezes, não conseguimos contornar obstáculos encontrados no caminho, em função mesmo das nossas limitações.

Nesta seção, portanto, tratamos de apresentar e analisar os aspectos históricos do processo que culminou na formulação do conceito de educomunicação e, posteriormente da educomunicação socioambiental, vasculhando seus antecedentes, os significados e componentes ideológicos ou culturais que contribuíram na sua conformação, situando a América Latina como palco da difusão da práxis educacional popular, na dimensão mesmo de utopia concreta. Na sequência, buscamos estabelecer as relações de pertinência entre “educomunicação”, “educomunicação socioambiental” e noção de “empoderamento” e “emancipação”, tentando contextualizá-las a partir de uma reflexão sobre as políticas públicas de educação ambiental.

## 4.2 Educomunicação: perspectiva histórica, elementos conceituais, componentes ideológicos e culturais envolvidos na formulação do conceito

Educação e Comunicação são duas áreas que possuem vários pontos convergentes, pois ambas são essenciais para que ocorram transformações e mudanças sociais de fato. Esses dois campos associados possibilitam a democratização da informação, da cultura e do conhecimento, contribuindo assim para uma construção social baseada na cidadania. “A convergência das duas áreas, educação e comunicação, criando um novo campo do saber, a Educomunicação, busca um objetivo comum que é a construção da cidadania”. (FREIRE e CARVALHO, 2012 p.1).

Podemos dizer que a utilização da comunicação como ferramenta pedagógica no processo ensino-aprendizagem não é uma prática recente, pois em meados da década de 1960, Paulo Freire já anunciava que a educação estaria cada dia mais interligada à comunicação. Segundo Citelli (2004), a inter-relação educação/comunicação também foi a propulsora da expansão do mundo midiático no século XX, e foi através da imprensa escrita, do rádio e da televisão que se remodelaram os conceitos de ensino-aprendizagem, conhecimento e educação. Neste sentido, SCHAUM (2004, p.22) afirma que:

[...] a inter-relação comunicação e educação são cadeias semióticas que se apresentam transversalmente como imagens e formas de atuar com e para comunicação no contexto da educação e da cultura, que podemos denominar fluxos informacionais que vão ecoar diante das singularidades dos grupos, comunidades e indivíduos propiciando o surgimento das articulações comunicativas peculiares.

Assim, estabelece-se a interação comunicativa entre indivíduos e grupos no compartilhamento mútuo de saberes e significados em torno de suas práticas sociais.

Em 1996 surge o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE), que se dedica a estudar a inter-relação Educação/Comunicação. O professor Ismar de Oliveira Soares, coordenador do NCE, em entrevista ao *Jornal Folha Dirigida*, na edição de nº 1.396 (08 a 14/12/2005), atribui a autoria do conceito “Educomunicação” a Mario Kaplún. Este conceito é inicialmente usado por ele como sinônimo de “*educação para los médios*”, ou conceito de comunicação educativa.

Mario Kaplún, argentino de nascimento e uruguaio por opção, nasceu em 1926 em Buenos Aires, na Argentina. Segundo Caracristi (2000), Kaplún cursou magistério mas nunca chegou a exercer a profissão de professor do ensino básico, iniciou curso superior de Filosofia e Psicologia, e um pouco antes de graduar-se descobriu outra maneira, segundo ele mesmo, de

*fazer educação* através dos meios de comunicação. Esta descoberta fez com que ele abandonasse o curso superior. A autora baseia-se em depoimento do próprio Kaplún, em uma biografia escrita por José Marques de Melo (1992), no início dos anos 40. Neste trabalho biográfico, encontramos a informação de que o autor teria abandonado o curso superior que frequentava até então, mesmo porque nesta época não existiam cursos universitários especificamente de comunicação em Buenos Aires, e nem mesmo no contexto continental da América Latina. Por isso, segundo o próprio Kaplún (apud Melo, 1992, p. 32) – “nós, os comunicadores, nos formávamos na práxis”<sup>1</sup>, afirmação que denota o caráter genuinamente comunitário, libertador e contra-hegemônico que demarcam o bojo da gestação das experiências educomunicativas.

Foi aos 19 anos de idade, em 1942, que Mario Kaplún põe no ar seu primeiro programa de rádio educativa pela *Rádio Del Estado* (emissora oficial) e a *Red Splendid* (cadeia privada de cobertura nacional) na Argentina. A programação educativa foi transmitida durante três anos, até que o governo militar da Argentina cancelou o programa. Em 1951, sob o populismo argentino, Kaplún era o único jornalista radical e independente que o governo tolerava e, segundo Caracristi (2000, s.p.), o autor não cedeu à direção da imprensa e propaganda do peronismo e desta forma vai para o Uruguai. Ele teria dito, na oportunidade: “Encurralado, optei por emigrar em busca de ares mais livres e mais dignos”<sup>2</sup>.

No Uruguai, Kaplún com sua família, mulher e filhos, continuou a escrever e dirigir programas de rádio, mas a remuneração que obtinha não era suficiente para manter sua família; sendo assim se viu obrigado pelas circunstâncias a optar pela publicidade. E foi justamente este momento que propiciou ao comunicador um conhecimento mais detalhado deste meio com suas técnicas, modos de produção e da lógica comercial das agências, que posteriormente se refletem em sua metodologia de trabalho. Em 1962 Kaplún iniciou sua experiência na televisão no Uruguai, produzindo e apresentando um programa de opinião em um formato de debates políticos, sociais bastante polêmico.

Em 1968, o Uruguai passava por um período de transformações políticas e sociais; o então presidente Pacheco Areco, instaura medidas de censura na imprensa. E mais uma vez devido a circunstâncias políticas, Kaplún se vê obrigado a procurar novos caminhos e sai da televisão e volta para o rádio, lugar onde desenvolveu a maior parte de metodologia e da técnica da *Educação Comunicacional*.

---

1 Tradução livre da autora, do espanhol para o português.

2 Idem.

Dentre as várias iniciativas produzidas pelo autor, o programa *Jurado 13* foi o que lhe trouxe reconhecimento, tendo sido produzido cinco séries num total de duzentos programas para o Serviço Radiofônico para América Latina (SERPAL), até culminar no seu exílio na Venezuela, o que o levou a trilhar outros caminhos. Com a proposta do programa “*Jurado 13*”, Kaplún recebeu o primeiro prêmio com a proposta de rádio educativa para setores populares, promovido pela *Fundação Europeia Humanum* que organizou o concurso latino-americano de programas de rádio. Foi através do programa *Jurado 13* que propiciou ao autor conhecer com maiores detalhes os problemas cruciais que afetavam naquele momento a América Latina; a programação foi realizada em série durante dois anos. Segundo Kaplún (1978, p. 17): “Para escrevê-la, fiz, junto a minha companheira Ana, uma inesquecível viagem de documentação que compreendeu sete países da América Latina. Toquei a fundo a realidade de nossa América Pobre”<sup>3</sup>.

É neste sentido que Caracristi (2000) aponta o programa *Jurado 13* como grande propulsor do método de educação e comunicação proposto por Kaplún, além de ter sido o que mais reconhecimento lhe proporcionou. Foi traduzido em muitas línguas, inclusive no *Aymara*<sup>4</sup>, o que lhe proporcionou o prêmio Mundial “UNDA-Sevilla” e com este o “Tulipán de Plata” no certame “Kom Over de Brug”, na Holanda, para produções do Terceiro Mundo.

Segundo Caracristi:

Apesar da nacionalidade Argentina, foi no Uruguai que Kaplún iniciou sua metodologia de educação e comunicação, depois do exílio na Venezuela em meados de 1978. Para seus amigos, Kaplún tem uma trajetória “polifacética”. Em síntese, o comunicador-educador é um faz de tudo. Ao longo dos seus 56 anos de profissão, Kaplún pode ser considerado um teórico que preconiza a “práxis”. Foi comunicador prático (rádio, televisão, meios grupais), publicitário, docente, investigador, autor de obras de comunicação, “y unas cuantas cosas más.” (2000, s.p.).

Desse modo, notamos que Kaplún reuniu contribuições de diversos ramos do conhecimento humano como parte integrante da estruturação da proposta educomunicativa, provavelmente sintetizando os diferentes aportes do saber científico e prático na composição do seu viés educomunicativo.

Neste sentido, em sua caminhada e dando continuidade à sua metodologia de educação, Kaplún foi convidado pelo governo de Quito a desenvolver um trabalho de oficinas de rádio para alunos do curso superior. Foi destaque deste trabalho, a oficina de Produção de

---

3 Tradução livre da autora.

4Aymará é a língua falada pelo povo Aymara dos Andes, sendo apenas uma das várias línguas nativas americanas com mais de três milhões de falantes. Aymara, junto com Quechua e espanhol, é uma língua oficial da Bolívia.

Radiodramas para jovens escritores de rádio de toda a América Latina, realizada entre 1983-1984. E foi através desta experiência que o autor teve a oportunidade de inovar, em termos metodológicos, o que foi registrado posteriormente no livro publicado pelo CIESPAL e pela Rádio Nederland Training Centre (RNTC): *Um taller de radiodramas: su metodologia, su proceso* (Quito:1985, s.p.). Muitos *comunicadores populares* foram formados em oficinas, seminários, encontros dos movimentos populares e não nas graduações universitárias pela América Latina. Na metodologia empregada nesta experiência, Kaplún foi buscar inspiração em Paulo Freire, o uso da comunicação enquanto processo comum atodos, como diálogo, capacidade de expressão e direito à comunicação.

De certo modo, pode-se dizer que é um modelo gestado na América Latina. Mas, recebeu valiosas contribuições de pedagogos e sociólogos europeus e norteamericanos, na nossa região Freire e outros educadores imprimiram com clareza a orientação social, política e cultural e a elaboraram como uma 'pedagogia do oprimido' como uma educação para a democracia e um instrumento para a transformação da sociedade. (KAPLÚN, 1998, p. 45)

Aqui, compreendemos o caráter ideológico da faceta pedagógica que compôs a prática educacional desde o seu nascedouro, revelador de uma orientação de crítica social às desigualdades e às formas de opressão no sentido da mudança social.

Dentre os vários trabalhos desenvolvidos por Mário Kaplún, também podemos destacar outros, que foram igualmente de grande importância e contribuição para a Comunicação e para Educação: o método de leitura crítica e o método do Cassete-Foro.

O método Cassete-Foro tinha como objetivo o uso da comunicação, bem como dos meios, para a organização popular, ou seja, grupos organizados, comunidade de bairro, associações, sindicatos, e outros ligados à classe trabalhadora. O objetivo do projeto principal não era apenas produzir programas para serem veiculados na programação da rádio comercial, mas sim contribuir para que o povo da América Latina tivesse voz e vez.

(...) Kaplún enfatiza o papel do rádio no contexto de uma América Latina de alfabetos e analfabetos, pobres e ricos, populações urbanas e rurais, mas principalmente, enfoca o rádio como propulsor e difusor da educação à população que não tem acesso a outros meios. (CARACRISTI, 2000, s.p.)

Todavia, Mario Kaplún não foi o único autor a refletir sobre a influência dos meios de comunicação, no caso o rádio, sobre as populações através de sua programação alienadora. Dentre vários autores cabe destacar que JUAN DIAZ BORDENAVE, na América Latina, em seus estudos, já havia conjecturado sobre esta tendência do rádio. Mas Kaplún vai além de apenas identificar o problema e aponta para um resultado, uma solução para esta questão, e



usou como resposta para a programação alienadora presente nas rádios a produção de programas de boa qualidade, não só em termos técnicos, mas principalmente programas que focavam os reais interesses sociais, bem como local e regional.

Em uma de suas obras, *Producción del programas de rádio. El guión, la realización*” (1978), M. Kaplún traz a proposta pedagógica que procura ir além do domínio das técnicas radiofônicas, pois se preocupa em propor um ponto de vista ideológico, no que diz respeito à situação de dominação e de isolamento das classes populares da América Latina. Realmente ele se mostrava preocupado em propor algo mais que uma teoria, mas estudar e apontar soluções viáveis para o cenário de uma América Latina de iletrados. E naquele momento o rádio é para ele uma ferramenta útil e de grande alcance das massas, capaz de promover uma comunicação coletiva e com uma função social a fazer frente às necessidades das massas populares.

E nesta obra, na perspectiva de promover educação através do rádio, segundo Caracristi (2000), Kaplún se apoia na teoria de Bordonave, que aponta três formas de opções educativas: **i)** Educação que põe ênfase nos conteúdos; **ii)** Educação que põe ênfase nos resultados; **iii)** Educação que põe ênfase no processo.

**A Educação que põe ênfase nos conteúdos** corresponde aquela educação tradicional, que se baseia na transmissão de conhecimentos e valores de uma geração para outra. Geralmente é autoritária, onde o professor é o ser instruído e dotado de todo conhecimento, que se encarrega de ensinar, depositar conhecimento na mente do aluno. Neste tipo de educação o aluno é apenas o receptor de informações. Segundo o autor, este tipo de educação foi reconhecido por um dos mais críticos educadores brasileiros, Paulo Freire, que a denomina como Educação Bancária.

**A Educação que põe ênfase nos resultados** é a que mais tem influenciado a comunicação e, segundo Kaplún, requer uma abordagem mais ampla já que é a mais utilizada como textos de estudos nos países latinos e que este modelo surgiu como primeira resposta ao problema de subdesenvolvimento. Como a solução apontada para a pobreza da América Latina era a “modernização”, ou seja, seria necessário adotar os mesmos métodos de produção dos países desenvolvidos. Era de suma importância acelerar a produção de bens e assim aumentar a produtividade, mas para se chegar até este ponto era primordial a introdução de novas tecnologias. Sendo assim, a educação deveria servir para alcançar estas metas. Segundo Kaplún, “*Los medios de comunicación debían ser utilizados para instrumentar este cambio y cumplir esta función permanente y penetrante de persuasión. De ahí la importancia que este modelo de desarrollo asignó a las técnicas de comunicación*”. (1978, p. 73).

Neste contexto, a comunicação passa a exercer uma função muito maior, que segundo Kaplún, passa a ser uma arte de provocar significados e produzir comportamentos, promover trocas no pensamento, até mesmo no sentimento e na ação das pessoas, através da produção e a emissão das mensagens. Em sua obra, ele ainda aponta estudiosos e teóricos como DAVID BERLO, norte-americano propagador desses conceitos e que segundo o autor são bem próximos da teoria dos reflexos condicionados de PÁVLOV. Sua crítica a este método é de que este consiste apenas em “moldar” a conduta das pessoas, mas com objetivos previamente estabelecidos.

A **Educação que põe ênfase no processo** destaca a importância do processo de transformação das pessoas e das comunidades. As preocupações com conteúdos à serem comunicados e os efeitos em termos de comportamento da comunicação ficam em segundo plano, não são priorizados. Mas o que realmente importa e é priorizado neste método é a interação dialética entre as pessoas e suas realidades, bem como o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais de consciência social. Daí o seu nome, “processual”.

Em síntese, podemos dizer que para o autor o primeiro tipo de educação propõe que o sujeito aprenda, o segundo que o sujeito faça e o terceiro que o sujeito pense.

Portanto, o terceiro modelo, endógeno, ressalta o “processo”. E este terceiro modelo é fundamental para que se possa compreender a Educomunicação, pois é basicamente referenciado em Paulo Freire (denominado de educação libertadora ou transformadora: ação-reflexão-ação).

Baseado no livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (2001), o terceiro modelo tem como pressuposto central a educação para a cidadania, para a democracia como ferramenta para a transformação da sociedade. Suas bases são a práxis, “reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo”. Fica muito claro que o objetivo desta concepção é de formação e transformação. Educacionalmente a concepção é a seguinte: um educador – educando com um educando – educador. Acredita-se que ninguém se educa sozinho; os homens se educam entre si mediados pelo mundo. “Essa trajetória na qual os homens se educam entre si é precisamente o processo educativo” (KAPLÚN, 2002, p. 45).

A ênfase no processo significa ver a educação como um processo permanente, em que o sujeito vai descobrindo, elaborando, reinventando, fazendo do conhecimento algo seu. Um processo de ação-reflexão-ação que o educando produz a partir de sua realidade, a partir da sua experiência, desde sua prática social, juntamente com todos os outros que participam desse processo. O papel do educador, na educação processual, é de acompanhar o educando, estimular o processo de análise e reflexão para facilitar, mas também para aprender e construir

junto. A estratégia é a problematização, que deve auxiliar a pessoa a desmistificar sua realidade, tanto física como social.

Ainda nessa perspectiva, a educação nunca é individual, mas sempre grupal. “Ninguém se educa sozinho”, mas através de experiências compartilhadas, na integração com os outros. Para este tipo de educação podemos fazer uso de vários tipos de recursos audiovisuais ou outros recursos tecnológicos. Com a finalidade de problematizar e assim estimular discussões, diálogos, reflexões e a participação dos envolvidos.

Baseado nestas ideias Kaplún vai dizer que todo ser humano é dotado e tem faculdades para emitir e receber informações, e que da mesma forma tem o direito de participar do processo de comunicação, podendo atuar tanto como receptor quanto como emissor. Sendo assim um *comunicador popular* também deve conhecer a linguagem dos meios para poder usá-los dando, assim, voz aos educandos.

Em seu livro “*Comunicación entre grupos: el método del cassette-foro*” (1984), Mario Kaplún relata sua experiência com este sistema de comunicação, concebido para promover educação entre adultos de organizações populares rurais e urbanas e núcleos cooperados. O método *Cassette-foro* foi aplicado em diferentes países latinos, na tentativa de acabar com o analfabetismo através do uso de novas tecnologias (na época utilizou fitas cassetes); Kaplún buscou inspiração em uma experiência realizada pelo francês Célestim Frenet, que aconteceu no sul da França durante a década de 20. No caso de Frenet, um educador de classes pobres dos Alpes em Bar-sur-Loup, encontrou como solução para o problema da falta de retorno dos alunos e da apatia das classes que foi solucionada através do uso de uma mini imprensa manual (mini jornal). Na verdade, esta experiência promove o uso da imprensa, um meio de comunicação, em sala de aula como uma forma de estimular a produção educativa através da participação e interação entre os educandos, pois despertava interesse e entusiasmo. Esta experiência foi tão exitosa que logo outras localidades da França também adotaram o método proposto por Frenet, e como resultado possibilitou aos filhos de camponeses e operários, tradicionalmente inseridos no sistema de escola de segunda classe, superar o clássico sistema cultural e desenvolver a sua própria consciência social. A concepção pedagógica de Frenet serviu de estímulo para Kaplún e uma vez que no conceito de educação comunicativa, as experiências estão sempre se inovando, o autor passou a experimentar trabalhos usando vídeo.

Do que conseguimos apresentar e resenhar até esta altura já nos permite inferir, principalmente pela incursão na trajetória político-social de Mario Kaplún como parte integrante do surgimento do conceito de “comunicação para as mídias” ou educomunicação educativa, a natureza do conceito de educomunicação e o caráter contra-hegemônico e

popular das práticas educacionais. Nesse contexto, é possível compreender a educação como estratégia de resistência a práticas autoritárias de exercício do poder, assim como meio de combate ao monopólio dos meios de comunicação nas mãos de poucos.

Neste ponto é possível marcar o entendimento da educação como ferramenta de ação e protesto das classes oprimidas da sociedade às formas de dominação sociais, políticas e econômicas. A tecnologia da comunicação passa a constituir-se como ferramenta para a emancipação dos seres humanos no processo em que a educação desponta como novo campo do saber em favor da construção da cidadania.

### **4.3 América Latina: palco da difusão da práxis educacional popular como utopia concreta**

As teorias, conceitos e experiências de Kaplún foram disseminadas pela América Latina. Muitas oficinas formaram *comunicadores populares* como também o uso do Cassete-Foro ganhou e alcançou muitos espaços. Com base no trabalho de Caricristi (2000), intitulado “As Ideias de Mario Kaplún”, foi possível elaborar um quadro com a síntese de como ocorreram algumas experiências pela América Latina inspiradas nas suas concepções e formulações:

Vejamos:

**1** - Enquanto escrevia o livro *La educación por la comunicación*, publicado em 1992, Kaplún acompanhava as novidades do vídeo e das suas possibilidades como ferramenta que poderia potencializar a educação a distância bem como a comunicação educativa. Mas o autor reconhece que em muitos casos as inversões entre potencialidades do meio e seu uso efetivo, pode ser frustrante. Declarações como de Luiz Santoro, na ocasião, presidente da Associação Brasileira de Vídeo no Movimento Popular, mostra que o Brasil foi uma das nações da América Latina que mais subutilizou o equipamento. Darcy Ribeiro, também reconheceu o fenômeno, do uso indiscriminado do vídeo no Brasil. De qualquer forma, Kaplún aponta algumas experiências completas desenvolvidas na América Latina.

**2** - Em Lima, a “Asociación de Comunicadores Sociales - “Calandria”, um centro cujo trabalho é o de acompanhar e apoiar organizações populares, produziu

vídeos informativos chamado “Como nosotros”, que pela boa qualidade comunitária do material produzido e pela execução de uma rede social de distribuição, assegurou a efetiva circulação e uso dos mesmos. Este vídeo mostra como os comunicadores de Calandria promoveram um projeto de vídeo a serviço das organizações populares femininas, identificando três núcleos de problemas: o comunicativo, o educativo e o político.

**3** - Na Venezuela, um programa chamado *Foruco* contemplou 16 Centros de Educação Popular afiliados a União Venezuelana de Centros de Educação Popular (UVECEP) e localizados geograficamente em oito estados do país; o trabalho foi também assessorado pelo Centro de Serviço de Ação Popular (CESAP). Este programa tinha como objetivo abordar temas que solicitassem, de forma eficaz, a participação popular da comunidade. Os resultados foram positivos no que diz respeito a participação, a prática no foro desenvolveu maior agilidade para discussão em grupos, bem como análise, elaboração de conclusões e síntese de ideias.

**4** - No Equador o *Cassette-foro* foi iniciado em 1980 para intercomunicar grupos de camponeses (predominantemente indígenas) pertencentes às organizações da província do Cañar, no sul do país, para obter um fluxo de comunicação em prol da organização e capacitação dos camponeses de áreas distantes. E simultaneamente, outro programa acontecia entre professores e técnicos agrícolas que prestavam serviço em zonas distantes e que tinham os seguintes objetivos: fomentar um maior fluxo de informação desde a sede; possibilitar respostas críticas em forma de comentários; e iniciar comunicação com escritórios através do uso de cassetes. As experiências foram positivas e continuaram usando o C-F tanto para a intercomunicação entre os grupos de organização camponesa, como para ao diálogo à distância e com os técnicos agrícolas.

**5** -Em Bogotá,na Colômbia, o programa foi iniciado em 1983 para atender uma população urbana e suburbana, com grupos de mulheres das classes populares.O

objetivo era o de promover a intercomunicação entre grupos femininos de bairros e comunidades populares, residentes em torno de pequenas cooperativas de produção. O resultado mostra que os primeiros cassetes e foros suscitaram um forte impacto e já há resultado na tomada de decisão dos grupos de formar uma organização feminina popular que os potencialize.

**6** -Na Bolívia, a necessidade e carências educativas são tão marcadas que se fez eminente o início do Plano Nacional e Alfabetização e Educação Popular sob a coordenação do Serviço Nacional de Alfabetização e Educação Popular (SENALEP), criado pelo governo democrático, como uma entidade descentralizada do Ministério da Educação. E a finalidade do C-F era a de fortalecer a organização nacional de camponeses. Se busca que através do intercâmbio e do diálogo, as comunidades rurais superem a reduzida visão localista e adquiram uma percepção mais global; que desenvolvam e reforcem seu sentido de pertencer a organização nacional que são seus núcleos.

**7** -No Peru o projeto não atende especificamente à metodologia do C-F; são como variantes do projeto. Sem dúvida, parece pertinente mencionar porque tem muito em comum com ele: constitui canais de comunicação de duas vias e utilizam como meio o vídeo cassete. O programa peruano “Palavra de Mulher” deveria ser iniciado até 1984 pela Associação de Comunicadores Sociais “Calandia” de Lima. O programa tem como centro um espaço diário no rádio dirigido às mulheres das classes populares da capital peruana. A maior parte dessas mulheres eram camponesas que chegavam à Lima como consequência da intensa migração do campo para cidade.

**8** -Na América Latina, o Escritório Regional de Educação para América Latina e Caribe (OREALC) pôs em prática outra aplicação do vídeo cassete para uma comunicação de duas vias, através do “Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe”. Este projeto, aprovado por todos os governos da região estabeleceu o mútuo compromisso de realizar o “esforço renovado, intenso e sustentado para

atender carências e necessidades educativas fundamentais” de nossos países latinos, dando a máxima prioridade a atenção dos grupos populacionais mais desfavorecidos, localizados nas zonas rurais e áreas suburbanas. Os estados membros têm encomendado para a Unesco a realização dos estudos necessários para execução do projeto.

Até esta altura, situamos as teorias de Mario Kaplún e a sua disseminação nas práticas educacionais no âmbito da América Latina, num contexto de articulação entre as inovações tecnológicas nas comunicações e as estratégias educativas na constituição de ferramentas de ação emancipadora.

Neste sentido, a produção audiovisual de segmentos populares pode ser concebida como genuína prática da cidadania através do debate de temas de seu interesse social, fato que situa as ações educacionais como palco ao exercício da democracia nas relações sociais e mediante a participação comunitária. Assim é que a educação é adotada nas suas origens, como estratégia de organização de redes de comunicação e interação entre segmentos sociais.

Da mesma forma, as práticas educacionais apresentam-se como espaço para o debate de direitos sociais e das minorias, fomentando a constituição de políticas públicas e ações a elas correlatas como estratégias de intercâmbio e diálogo entre comunidades e o fortalecimento da organização interna de segmentos sociais.

Em síntese, afirmamos que a Educação demarca a sua relevância como possibilidade viável na superação de carências e necessidades educativas de grupos populacionais desfavorecidos na América Latina e no Caribe, constituindo-se como meio para o empoderamento dos sujeitos na construção de sua cidadania mediante a práxis cotidiana de seus pressupostos.

#### **4.4 Espaços e contextos de aplicabilidade da educação**

O que se percebe é que na América Latina a prática da Educação através da Comunicação ocorre há muito tempo, não sendo o processo comunicativo, portanto, um

fenômeno recente em âmbito continental. Nesta lógica, acreditamos que os setores populares, quer na América Latina, quer em outros espaços do globo terrestre, não querem continuar sendo meros ouvintes; eles querem falar e também querem ser escutados, querem ser interlocutores.

No fundo das concepções de comunicação apresentadas o que há é uma questão básica que a humanidade enfrenta que é definir o que entendemos por comunicação, equivale a dizer em que classe de sociedade que queremos viver (KAPLÚN, 2002, p. 57).

Desse modo, a educomunicação não representa uma simples metodologia operacional e pragmática, sem conexão com bases sociais, ideológicas e culturais. Pelo contrário, os processos educacionais surgem e se estruturam a partir da compreensão ideológica e libertadora da ação humana no mundo para transformá-lo.

A partir da conclusão da pesquisa sobre a relação Comunicação e Educação, coordenada pelo Prof. Ismar Soares junto ao Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da USP, passou-se a utilizar o termo Educomunicação para designar não apenas esforços em torno de uma “leitura crítica” das mensagens midiáticas, mas também as ações que compõem o complexo campo da inter-relação Comunicação e Educação. Para Soares, o conceito de Educomunicação institui um conjunto de práticas voltadas para a formação de espaços educativos, mediados por processos tecnológicos da informação, e tem como objetivo ampliar formas de expressão dos membros das comunidades bem como a melhoria do nível comunicativo das ações educativas, tendo como meta o pleno desenvolvimento da cidadania. (SOARES, 2000a, p. 15).

Neste sentido, podemos dizer que nos anos 70 e 80 a Educomunicação surge como movimento em prol da cidadania. Segundo o Fórum Social Mundial, isto aconteceu com “a multiplicação de centros de documentação da cultura popular, em vários países da América Latina, que propunham uma comunicação alternativa como forma de resistência aos regimes autoritários do continente” (FSM, 2004). Soares (apud MENEZES, 2009) explica que estes movimentos sociais e culturais não foram impulsionados apenas pela educação e comunicação, mas por vários grupos de pessoas das diferentes áreas das ciências humanas que sentiam a necessidade de interferir na sociedade.

Na verdade, a Educomunicação surge como uma alternativa de comunicação na América Latina, um meio de resistência ao Regime Militar da época. Segundo Soares (2000a), várias ONGs surgiram durante os anos de 70 e 80 com desejo de interferir de forma contundente nas várias camadas que compunham a sociedade da época. Estas não se



utilizavam da imprensa apenas como alternativa para interferir na sociedade, mas também como forma de engajamento da reforma da sociedade em geral.

Podemos compreender o surgimento da Educomunicação como fruto de uma prática em prol da cidadania, e não somente das reflexões de filósofos e teóricos, restrita apenas ao campo do ensino formal.

Nesta perspectiva, Soares afirma que a Educomunicação não nasceu nas universidades, mas sim da prática e principalmente da militância – nasce de processos políticos e ideológicos. O objetivo do *comunicador popular* não era utilizar os meios, ao contrário, no período de 1960 a 1980 o objetivo era denunciá-los. Na década de 1980 é que as orientações mudam, pois as estratégias políticas mudam, as pesquisas no campo acadêmico da comunicação apontam novos olhares e os próprios comunicadores populares repensam as suas práticas.

Logo após o relatório final do *Projeto Perfil*, em 1999, Ismar Soares apresentou academicamente o termo, que ele batizou de Educomunicação, sem criar uma nova área de conhecimento, mas tentando legitimar práticas dos comunicadores populares e sistematizar o movimento social em torno do que até então também era chamado de comunicação/educação ou inter-relação comunicação e educação. Soares, então, disse que existe um campo emergente de intervenção social cuja prática é realizada por alguém denominado “educador”. Este termo é mais amplo que o de “comunicador popular”. (SOARES, 2000, p. 33).

E segundo a descrição contida no Documento Técnico intitulado *Programa de Educação Socioambiental*, publicado pelo órgão Gestor da Política Nacional de Educação de Educação Ambiental (2005, p. 19), Soares sistematizou a área de Educomunicação em cinco subáreas, a saber:

- expressão comunicativa através do uso dos recursos da informação e das artes;
- educação para a comunicação, configurada nos esforços sistemáticos de educadores no sentido de colaborar com os usuários dos meios massivos na formação do que Paulo Freire chamou de “consciência crítica”, frente às mensagens editadas e veiculadas por poderosos sistemas de comunicação;
- mediação tecnológica nos espaços educativos, constituída pelos esforços no sentido de identificar a natureza da interatividade propiciada pelos novos instrumentos da comunicação e de democratizar o acesso às tecnologias, desmistificando-as e colocando-as a serviço de toda a sociedade;

- gestão da comunicação nos espaços educativos, caracterizada pela abordagem sistêmica das relações entre os recursos da comunicação e as atividades humanas, garantindo um planejamento e uma implementação organizada dos recursos da informação destinada a garantir a eficácia na construção dos ecossistemas comunicativos. Esta subárea, segundo o autor é a que garante a coordenação e eficiência às demais áreas e da visibilidade das ações educacionais;

- reflexão epistemológica sobre o campo da Educomunicação, que inclui a pesquisa e a avaliação sistemática, destinadas a compreender a complexidade das relações entre Comunicação e Educação.

Na apresentação dos elementos que a delineiam e ainda segundo Ismar Soares (2000b), o campo da Educomunicação é o resultado da inter-relação entre a Educação e a Comunicação e que na verdade abarca quatro áreas de intervenção: (1) a educação para os meios, que promove reflexão e forma indivíduos críticos, (2) o uso bem como a manipulação dos processos de produção midiática, (3) a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no contexto de ensino aprendizagem e (4) a comunicação interpessoal no relacionamento entre grupos.

Para Rachel Trajber (2005), dentro da perspectiva da Educomunicação proposta por Ismar Soares, este campo implica na “implementação de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo geral o planejamento, a criação e desenvolvimento de ecossistemas educativos mediados por processos de comunicação e pelo uso das TICs”. A partir do mesmo princípio a autora frisa que a Educação Ambiental é um campo para onde a Educação e a Comunicação, portanto, a Educomunicação, convergem naturalmente, por conta da sua esfera inter/transdisciplinar, e que ao mesmo tempo estimula a Educação Ambiental a ocupar espaços comunicativos com o objetivo de auxiliar na construção de uma “*sociedade brasileira educada e educando ambientalmente para a sustentabilidade*”.(p. 152).

Como podemos sintetizar o que foi abordado até está altura e para onde a reflexão nos remete?

Debatemos a respeito dos antecedentes históricos e teórico-práticos das experiências educacionais na América Latina como espaços de escuta, interlocução e participação popular. Em outras palavras, situamos a práxis da educomunicação como exercício da criticidade, da argumentação, da ampliação das formas de expressão dos membros das comunidades, da formação de espaços educativos, e da melhoria do nível comunicativo das ações educativas.

Da mesma maneira, buscamos compreender a contribuição da academia, de segmentos sociais e culturais e elementos populares para a gestação da concepção educacional, evidenciando que esta proposta recebeu contribuições dos mais variados segmentos sociais e intelectuais em nosso contexto latino-americano, não podendo ser considerada como monopólio de qualquer grupo social ou político.

A partir das reflexões levadas à cabo, entendemos a educação como forma de resistência às ditaduras civis-militares da América Latina e meio ou ferramenta de organização política e luta pelo progresso social.

Vimos como se constituiu a progressiva interação entre os campos da educação e da comunicação, assim como os fatores que contribuíram ao surgimento da figura do educador. Compreendemos, neste sentido, a educação como ferramenta de educação ambiental através da articulação entre os processos educativos e as novas tecnologias da informação e comunicação.

Analizamos as subáreas do conhecimento humano que integram a educação e seus componentes educativos, artísticos e tecnológicos. Assim como as aplicações da educação como educação para os meios, produção midiática, relação de ensino e aprendizagem e enquanto relacionamento interno entre grupos sociais.

Por fim, compreendemos as ações educacionais como meio de praticar a educação ambiental e lutar em favor de uma sociedade sustentável a partir de estratégias como a organização de redes de interação social e de ecossistemas educativos.

Se a educação, portanto, estimula os indivíduos ao exercício do protagonismo como condição que viabiliza a autonomia e a ação no mundo para transformá-lo, o empoderamento, por decorrência, tem um lugar nesse processo.

#### **4.5 Educação, Educação Ambiental e Empoderamento**

Acreditamos ter apresentado até aqui elementos por meio dos quais seja possível estabelecer conexões entre Educação e o desenvolvimento de consciência crítica dos atores sociais que, “empoderados”, lançam-se ao exercício político cotidiano na perspectiva de viabilizar uma outra possibilidade de ser e estar no mundo. Essa questão pode ser abordada a partir de diferentes ângulos. Entretanto, o recorte que propomos é o de estabelecer a relação educação ~ empoderamento a partir do recorte da Educação Ambiental.

Como uma referência inicial, a Educação Ambiental, em nossa concepção, seria o processo contínuo de aprendizagem de grupos, indivíduos e comunidades a respeito de seu pertencimento em relação ao ambiente, contexto e suporte mais amplo de sua vida que torna possível sua relação com a natureza e os demais seres vivos.

Neste sentido, entendemos que a Educação Ambiental necessita desenvolver conhecimentos, habilidades, experiências e valores necessários a conferir suporte aos sujeitos para que estes possam agir na busca de alternativas aos problemas ambientais vivenciados em qualquer espaço-tempo em que desenvolvam as suas relações sociais e com a natureza. Mesmo assim, torna-se necessário reforçar o caráter ideológico desta concepção de Educação Ambiental, uma vez que ela se encontra estreitamente vinculada às bases de nossa sociedade, e por isso, recebe com frequência a designação de *educação ambiental popular*, como sendo:

[...] aquela cujos atores principais (educadores e educadoras) estão na base da sociedade, atuando para suscitar reflexões e práticas libertárias, emancipatórias e transformadoras, valorizando resgates identitários e vivências biográficas associadas aos territórios de vida, na busca de construção de um convívio sustentável no território em que vivem ou atuam. No entanto, a educação ambiental popular só se realiza por meio da ação de agentes populares (pessoas), aos quais cabe mobilizar, animar e subsidiar grupos de ação-reflexão junto à sua base. [...] (TASSARA *et al*, 2013: 157).

Tais agentes populares são frequentemente lideranças já atuantes em seus respectivos contextos comunitários, nos diversos territórios e lugares sociais como bairros, fábricas e universidades – a partir de ações emancipatórias voltadas à promoção da autonomia decisória em grupos visando a sua emancipação individual e coletiva.

Sendo assim, uma educação ambiental verdadeiramente popular, crítica, reflexiva e emancipatória caracteriza-se pela práxis libertadora dos sujeitos em seus diversos cenários existenciais, com vistas a gerar formas mais sustentáveis e solidárias de vida calcadas em valores e práticas transformadoras.

É desta forma que podemos assinalar o caráter de emancipação que desponta do enfoque popular e crítico de Educação Ambiental, já que ela visa uma participação ativa e consciente dos sujeitos na transformação de seu cotidiano de vida, e por extensão, do mundo em que vivem e constroem suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Aqui, a participação de natureza emancipatória seria aquela que coloca o protagonismo dos sujeitos no primeiro plano, concebendo os mesmos como parte integrante e indispensável de todas as fases de

desenvolvimento e implementação de políticas públicas como plataforma de intervenção em seu universo social para transformá-lo.

Desse modo, o conceito de empoderamento desponta como elemento fundamental na compreensão e sobre as formas de atingimento de patamares emancipatórios nas relações dos sujeitos com o seu mundo, tendo por base práticas transformadoras do meio social. Empoderamento que, de uma forma geral, pode ser compreendido como a manifestação visível e explícita de processos emancipatórios, em grupos e comunidades.

Mas a própria ideia de empoderamento deve estar acompanhada de uma orientação e lógica não-paternalista e não-assistencialista nas relações sociais, uma vez que ninguém é capaz de empoderar o outro, já que o ato de empoderar-se visando à emancipação diz respeito à esfera de decisões e ações dos próprios indivíduos. Assim,

[...] empoderar-se significaria ser capaz de conduzir decisões sob a ótica do bem comum, assentada sobre processos reflexivos alimentando os espaços de locução emancipatórios. Decorre que se empoderar significa tornar-se autônomo, tornar-se emancipado, tornar-se esclarecido, processos necessariamente dependentes da anterioridade reflexiva. (TASSARA *et al*, 2013: 160).

Neste sentido, o ato de empoderar-se implica na construção de espaços de locução propícios às práticas emancipatórias visando à autonomia e o esclarecimento crítico dos sujeitos a respeito de sua realidade socioambiental. O empoderamento, assim, aparece como a combinação de condições materiais, simbólicas e organizacionais no sentido da elevação dos potenciais emancipatórios dos sujeitos numa perspectiva horizontal, libertadora e participativa nas relações humanas.

Este empoderamento é obtido por meio da interação entre os sujeitos em torno da veiculação e produção de valores de cooperação e participação em torno do bem comum e partilhado por todos, a partir de ideais de justiça, democracia, solidariedade, respeito e compreensão da diversidade de valores que compõem uma sociedade, comunidade ou grupo social.

O alcance de tais resultados ou a vivência destes parâmetros indica a constituição do que podemos chamar de espaço de locução, isto é, uma espécie de rede e sociabilidade transitória constituída pelos sujeitos voltada à dinamização do seu potencial comunicativo em favor da transformação social, e cuja manutenção depende da ação dos próprios atores sociais.

No que diz respeito especificamente à educomunicação socioambiental, afirmamos que os processos coletivos de participação social requerem certa instalação problematizadora para que se efetivem como genuínas práticas de empoderamento. Tal objetivo pode ser alcançado mediante a utilização de materiais como filmes e imagens, uma vez que a interatividade entre os sujeitos é condição importante às ações que tenham por base o empoderamento dos sujeitos. Mas como alerta TASSARA *et al*:

[...] os materiais não garantem que o sujeito se aproprie deles em sentido reflexivo, nem muito menos que esta apropriação seja instrumentalizada para promover a consciência grupal. A interação dos sujeitos particulares do grupo com os materiais depende do repertório de socialização dos mesmos. A contribuição desses materiais para o processo grupal de esclarecimento e integração depende, por sua vez, da capacidade da instância problematizadora, requerendo habilidades de condução que são função da liderança, da autoridade, etc. que a pessoa tenha. (2013: 161).

Em outras palavras, os materiais, por mais importantes que sejam ao processo de empoderamento de pessoas e grupos, por si só não garantem a sua efetividade. A própria interatividade dos sujeitos com os materiais elencados à socialização coletiva depende da forma como é dinamizada no âmbito coletivo em que atuam mediante o incentivo às práticas de liderança, trabalho e organização dos sujeitos no processo educutivo em sua realidade.

#### **4.6 Educomunicação e Emancipação**

Considerando as concepções e práticas educutivas em contextos socioambientais os mais diversos, acreditamos que o empoderamento dos sujeitos, das condições objetivas e subjetivas necessárias à sua emancipação como seres humanos, seja absolutamente essencial quando a questão é encontrar alternativas emergentes de superação da insustentabilidade ocasionada pela lógica utilitária e racionalista do capitalismo vigente.

Mas, para isso, necessitamos ter clareza do que seja exatamente esta emancipação, isto é, dos significados assumidos pelo processo emancipatório como caminho de superação das contradições socioambientais de nosso mundo. Acreditamos que este processo tem por finalidade a construção de novas

sociabilidades e formas de organização social que superem as desigualdades econômicas e contradições sociais e de poder na sociedade capitalista.

Este processo emancipatório está associado ao encorajamento e instrumentalização dos sujeitos sociais para que participem e decidam a respeito da distribuição das riquezas socialmente produzidas, mas desigualmente distribuídas no âmbito da sociedade, e à luta para a instauração de estilos de vida mais sustentáveis. Desta forma, cabe-nos perguntar quando haveria, de fato, um processo de emancipação concreta em curso na realidade social, pelo que buscamos no excerto a seguir algumas linhas de reflexão a este respeito:

[...] há emancipação quando agimos para superar e superamos: a) relações paternalistas e assistencialistas que reproduzem a miséria (intelectual e econômica); b) uma educação que impede a capacidade crítica de pensar e intervir de educadores-educandos; c) a apropriação privada do conhecimento científico; d) práticas políticas que viciam a democracia e sufocam o desejo da participação, garantindo o privilégio de oligarquias que se constituíram com a lógica colonial que instaurou o Brasil; e) relações de classe que condenam milhões a uma condição indigna, de precariedade na luta pela sobrevivência, por força dos interesses do mercado e seus agentes, “coisificando” a vida. (LOUREIRO, 2007: 161).

Sendo assim, o processo de emancipação mediante o empoderamento dos mais diversos atores sociais, viabilizado por meio da educomunicação socioambiental, seria capaz de suscitar valores e práticas que coadunem com uma sociedade sustentável, pautada pelo mais amplo senso de justiça, equidade, solidariedade e diversidade nas relações sociais, de produção e de poder, assim como nas questões identitárias e socioculturais dos sujeitos em seus universos existenciais. Aqui, torna-se questão central a promoção e o incentivo às ações de autogestão que situam no mesmo horizonte indivíduos com diferentes pontos de vista e dotados de distintos equipamentos socioculturais e identitários, em torno da construção de um projeto comum e utópico de vida e relacionamento com o mundo. Isto porque o sujeito social se constitui na relação e ação no e com o mundo, construindo assim suas condições de liberdade de forma coletiva e compartilhada.

Para que este processo emancipatório possa ocorrer, é necessário agirmos com autocrítica e capacidade de problematizar criticamente os modelos dominantes, as nossas certezas cristalizadas sobre o mundo e a vida, a partir de processos dialógicos e dialéticos capazes de superar o existente à transformação social ampla e irrestrita.

Em outros termos:

[...] assumir a emancipação como pressuposto da Educação Ambiental exige de cada um de nós reflexão, conhecimento, crítica e autocrítica, exercício político e compromisso social em torno de mudanças profundas e da consolidação de 'sociedades sustentáveis'. (LOUREIRO, 2007: 163).

Assim, relativamente à educomunicação socioambiental, é necessário pontuarmos de que forma a mesma está contribuindo na constituição de práticas emancipatórias em favor da sustentabilidade socioambiental pautadas pelo empoderamento permanente dos sujeitos na transformação do mundo. Da mesma forma, analisar que funções estão sendo desempenhadas pelos processos de educomunicação ambiental, assim como suas distintas formas de inserção nas políticas públicas.

Neste íterim, é necessário perquirir em que medida estas ações educacionais estão sendo problematizadas em diferentes momentos ou contextos, reconhecendo seus potenciais, limites, avanços e contradições, e se possui objetivos claros para os quais a mobilização dos sujeitos deve concorrer.

Para isso, o educador ambiental necessita atuar no sentido de assegurar o acesso universal à informação, ao conhecimento produzido e aos diferentes saberes, contemplando, na prática educativa, o compartilhamento de diferentes formas de expressão, aprendizado e vivências. E, ainda, universalizar práticas de educação ambiental pautadas pela qualificação dos atores sociais e sua formação participante nos mais variados grupos a que pertençam, organizando institucionalidades como redes que permitam a interlocução em torno do aprimoramento das políticas públicas.

Portanto, como requisito de uma ação emancipatória atravessada por práticas permanentes e ininterruptas de empoderamento dos sujeitos sociais, assinalamos a necessidade de participação dos grupos sociais em todas as fases que constituem a intervenção educacional, desde a formulação de seus objetivos, e o planejamento das atividades, até a execução e avaliação da mesma. Da mesma forma, a atuação em espaços públicos necessita ocorrer no sentido de consolidar canais de participação envolvendo instituições e comunidades para operar a democratização e a “ambientalização” das políticas públicas.



#### **4.7 Educação Ambiental, Educomunicação e Políticas Públicas**

Do surgimento da educação ambiental ao delineamento de um campo identitário próprio apresenta-se um gradual processo de atribuição de sentidos e significados, caracterizado principalmente pela multiplicidade conceitual de amplo espectro. A institucionalização da EA como política pública abriga esta diversidade, mas o exercício de implementação cotidiano da política pauta-se pelo que define como educação ambiental crítica e emancipadora.

O desenvolvimento e consolidação do movimento que denominamos de Educação Ambiental, particularmente ao longo das três últimas décadas, inicia-se a partir de uma orientação conservacionista, praticada dentro e fora da escola. Na década de 1970. À ampliação do conceito, pouco a pouco, passou a ser agregado um sentido ético e a perspectiva do desenvolvimento sustentável virou referência em função dos trabalhos da Comissão Brundtland. Já em 1987, com o Congresso de Moscou, foi proposto que a EA buscasse alcançar todos os coletivos sociais. Apontou-se ali que a escola e o que está fora da escola devem fundir-se para fazer EA.

Já na Conferência Mundial do Rio em 1992, através do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, aposta na EA como um ato político baseado em valores para a transformação social.

Ratificamos esse processo de sentidos que foram sendo atribuídos a Educação Ambiental, mas nos lançamos a oferecer, no contexto desta pesquisa, um conceito que possa se apresentar como uma síntese, mesmo que operacionalmente, para os fins desta pesquisa.

Designamos por Educação Ambiental um processo de educação permanente de intervenção político-pedagógica, podendo estar presente em todos os espaços que educam o cidadão e a cidadã, que objetiva a transformação, através de novas relações entre natureza e sociedade, na afirmação de uma sociedade de direitos e ambientalmente justa.

Ora, encarada nesses termos, é possível depreender a aderência que o conceito de educomunicação passa a ter na busca de concretude dos objetivos a que se propõe. A educomunicação, particularmente a socioambiental, apresenta-se como uma estratégia capaz de dar amplitude a tais objetivos, de um lado, assim como coloca-se como uma ferramenta capaz de contribuir com as políticas públicas da área no processo de construção da cidadania socioambiental.

## 5. DA COMUNICAÇÃO AMBIENTAL À EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

### 5.1 Contextualizando a Comunicação Ambiental: um relato panorâmico

Uma análise em torno do processo de constituição do campo da educação ambiental permite constatar que, na medida em que à ela ia-se atribuindo significações, a perspectiva da comunicação vai sendo concebida como um recurso ou estratégia capaz de contribuir não somente no desenvolvimento da consciência crítica dos indivíduos e, portanto, a partir dela a emergência de uma postura em relação ao meio ambiente, mas igualmente pela possibilidade de viabilizar esse movimento numa escala que permitisse alcançar a totalidade dos homens e mulheres inseridos num determinado território, seja imaginando um arranjo local, regional, nacional ou global.

A consolidação do campo da educação ambiental traz consigo a comunicação ambiental com um dos seus eixos estruturantes, e esta interação foi sendo acalentada em termos de ideias, conceitos e desenhada no formato de ações concretas que ajudassem a sustentar processos formativos em educação ambiental desencadeados nos espaços do ensino formal, nas organizações não governamentais, no movimento ambientalista e nas iniciativas não formais e informais.

A transição da comunicação ambiental para a educomunicação socioambiental como estratégia da educação ambiental é resultado, de um lado, do processo de refinamento do debate sobre a relação educação ~ comunicação, e de outro, da consolidação e popularização do conceito de educomunicação e das perspectivas de empoderamento e autonomia que a sua aplicabilidade pode gerar.

O objetivo desta seção é o de apresentar uma visão sobre a primeira fase deste percurso que vai da comunicação ambiental à educomunicação socioambiental. De início, podemos estabelecer inclusive, em função dos documentos analisados, o marco da adoção da educomunicação como uma das estratégias de implementação das políticas públicas de educação ambiental no país, que ocorre, formalmente, com a instituição, em 2005, do *Programa de Educomunicação Socioambiental* pelo Órgão Gestor da PNEA. Mas como esta história começa?

No contexto dos debates internacionais sobre meio ambiente identificamos um rol de eventos e documentos importantes que já apontavam para o papel da relação entre a

comunicação, a educação e a participação dos cidadãos como instrumento capaz de sensibilizar, mobilizar e promover o diálogo entre as várias esferas de governo e a sociedade civil no que diz respeito aos problemas socioambientais. Neste quadro, a Educomunicação surge como um canal potencializador que contribui para a ação comunicativa, que além de promover o diálogo busca fazê-lo de forma mais consistente e permanente.

A partir dessas referências, é possível estabelecer os antecedentes que inspiraram e nortearam a formulação de uma política de comunicação para A educação ambiental.

Como referência inicial apontamos para o ano de 1992, quando teve lugar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, que puxou uma série de outros eventos paralelos. Dentre esses eventos estão o Fórum Global, a Conferência da Sociedade Civil pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Foi apresentado na Eco-92 o Relatório do Fórum das ONGs Brasileiras, documento que apresenta um capítulo relacionado a pautadas políticas para os meios de comunicação, indicandodiversas ações jurídicas, educacionais, de cooperação internacional e de governo sobre os meios de comunicação, visando o envolvimento da mídia nas questões ambientais. Conforme descreve o Documento Técnico Nº 2, publicado pelo Órgão Gestor da PNEA (2005), a proposta apontava para o seguinte conjunto de ações:

Promover através de legislação e de iniciativas locais, a democratização dos meios de comunicação; Incentivo a disseminação de meios de comunicação, tanto locais como comunitários através de órgãos governamentais ou não; Desenvolver programas voltados para a capacitação de profissionais da mídia na área de desenvolvimento socioambiental, nos âmbito sindical e universitário; Estabelecer de forma conjunta com organismos internacionais, sistemas de cooperação e apoio a meios alternativos, criando um fundo comum destinado à comunidade, como parte dos tratados internacionais pós-Rio 92. (p.15).

E como um dos frutos da Rio-92, foi redigida e aprovada a Agenda 21 Globalque, em seus mais de 40 capítulos, procura sintetizar um plano de ação global para as questões em meio ambiente. Encontra-se no seu capítulo 36 (Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento) e no 40 (Informação para a Tomada de Decisões),relevantes princípios que apontam diretamente às políticas de Educação Ambiental e das políticas de comunicação.

É no Capítulo 40 que a Agenda 21 remete de forma mais direta para as políticas de comunicação, e ali descreve que “todos são, no desenvolvimento sustentável, usuários e provedores de informação”. (CONFERÊNCIA, 995, p. 465). Neste sentido,a educação é chamada para promover “a conscientização pública para o desenvolvimento sustentável”,para que as pessoas possam ser reconhecidas como usuários e provedores de informação. E

reconhece a necessidade de a informação ser completa e fidedigna para fortalecer, em todos os níveis, o processo da tomada de decisão, e que as estruturas de coleta, avaliação e análise de dados ambientais sejam melhoradas e ampliadas, sobretudo nos países em desenvolvimento. O documento também se preocupa em apontar informações multisetoriais e o fortalecimento da capacidade de difundir informação tradicional, com especial menção às populações indígenas. Mas é importante ressaltar que o pensamento pedagógico brasileiro já avançou razoavelmente, e que hoje compreende que não se pode ter a pretensão de que devemos ou poderemos “conscientizar” o outro, de lhe impor consciência. Na verdade, consciência é uma resultante da compreensão, e que esta não tem tempo marcado para acontecer, nem mesmo garantias para nivelamento.

A *Carta da Terra* (1992), também como um desdobramento da Rio-92, teve sua versão final promulgada na sede da UNESCO em 2000. A Carta da Terra é considerada um documento que reúne um conjunto de princípios, no qual seu principal objetivo é um mundo mais justo, sustentável e pacífico, e que também sinaliza a importância dos meios de comunicação de massa para o enfrentamento da crise planetária, questão que fica implícita ao enunciar no Princípio IV, dedicado ao tema da “Democracia, Não Violência e Paz”, a necessidade de “Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável”, e detalhar, mais adiante, no subitem C, a urgência em “Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais”.(Carta da Terra, Website Oficial, Disponível em [www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html](http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html)).

Este documento-referência aponta, em síntese, que o estabelecimento de uma sociedade pacífica e democrática passa necessariamente pela prática de conhecimentos e valores sustentáveis nas relações cotidianas de cada indivíduo em seu território de convívio, objetivo que pode ser potencializado pela sensibilização dos grupos humanos a respeito dos problemas socioambientais a partir do trabalho em parceria com os meios de comunicação de massa.

Contudo, é no *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, também elaborado na Eco-92, no âmbito do Fórum das ONGs, que ações da interface Comunicação/Educação Ambiental foram pactuadas com mais ênfase. O Tratado apresenta um elenco de Princípios e Ações, destacando, entre outras coisas, o compromisso com a articulação de grupos e redes, e ações baseadas na memória e nos saberes populares. Neste documento, o envolvimento com os meios de comunicação de massa é citado entre os princípios:

Princípio 14: A Educação Ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável, e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informação em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores. (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, 1992, p. 2)

A questão é igualmente tratada entre algumas das ações sugeridas:

Ação 15: Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação dos recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular a transmissão de programas gerados por comunidades locais. (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, 1992, p. 4)

Pelo tratado, a compreensão da comunicação nos processos educativos como direito inalienável da sociedade na busca de padrões ambientais sustentáveis de vida, torna-se condição central no estabelecimento, compartilhamento, gestão e difusão de um modelo societário e civilizacional que permita o pleno desenvolvimento das capacidades humanas articulado à sustentabilidade em todos os domínios da existência.

Na *Conferência sobre Meio Ambiente e Sociedade – educação e conscientização pública para a sustentabilidade*, que aconteceu na cidade de Tessalônica, em 1997, na Grécia, reafirmou a perspectiva do processo coletivo de aprendizagem na educação ambiental, em que a participação paritária e o “diálogo contínuo é requerido entre governos, autoridades locais, comunidade educacional e científica, empresas, consumidores, ONGs, mídia e outros, em vista da revisão dos padrões de produção e consumo, rumo a sustentabilidade” (Documentos Técnicos Nº 2, p. 15-16), de onde se depreende um papel central articulador das ações comunicativas mediáticas e não mediáticas.

O documento da UNESCO *Educação para um Futuro Sustentável* (1998), confirma a perspectiva da comunicação em parceria com a mídia na construção da sensibilização pública para o desenvolvimento sustentável.

No campo da Educação Ambiental, aqui no Brasil, em 1999, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), através da Lei nº 9795. O texto faz referências diretas à área de comunicação nos processos educativos ao afirmar que:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm o direito à Educação Ambiental, incumbindo: IV – aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas

educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação. (BRASIL, 2005, p. 65).

E também:

Art. 13º Entende-se por Educação Ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Parágrafo único: o Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, Incentivará: I – a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente. (BRASIL, 2005, p. 69).

Assim, a confluência de esforços em torno da construção de um futuro sustentável a partir da ressignificação das relações sociais e com o ambiente, aposta na comunicação como uma possibilidade relevante a ser utilizada por governos, meios de comunicação de massa e atores pertencentes aos mais variados segmentos da sociedade.

O ano de 2003 foi muito intenso no que diz respeito a eventos nacionais e internacionais que buscaram problematizar a relação entre educação e comunicação no âmbito da Educação Ambiental.

De forma particular, mencionamos a realização do *VI Simpósio Iberoamericano de Comunicação e Educação Ambiental*, que aconteceu em Valdivia, no Chile, em abril de 2003, que sugeriu a formação de grupos de trabalho no tema educação/comunicação voltado para o desenvolvimento de políticas nacionais. Também no mesmo ano, no *Fórum Social Mundial*, que aconteceu na Índia, foi apresentado um painel sobre “estratégias de enfrentamento da mídia”, que destacava a onipresença de valores não sustentáveis especialmente na publicidade.

Da mesma forma, assumiu grande relevância a promoção do *Fórum Global Sobre Biodiversidade*, que aconteceu em Valência, na Espanha, de 15 a 17 de novembro de 2003, o qual reafirmou a necessidade de se constituírem, nos estados signatários da Convenção RAMSAR (sobre proteção de áreas úmidas), comissões CECOP (Comunicação, Educação e Conscientização Pública). Nesta ocasião somente Austrália, Hungria e Alemanha tinham implementado estas comissões.

Por este brevíssimo apanhado histórico, situamos o papel dos grandes eventos internacionais e de documentos de caráter referencial e/ou de políticas públicas na promoção de debates e formulações em torno das práticas comunicativas e de seus alcances. Em síntese, pode-se concluir que ela foi concebida como forma de luta e estratégia de democratização dos meios de comunicação, assim como de seu respectivo controle social.

Analisando o enorme desafio que está colocado nas mãos da sociedade contemporânea, onde buscar o equacionamento da grave crise socioambiental que atravessamos, nos posicionamos ao lado dos que acreditam na utilização dos meios de comunicação como vetor mobilizador das sensibilidades humanas para com os problemas socioambientais globais e locais e como ferramenta de articulação de grupos e redes em torno da valorização das memórias e saberes populares.

Não há dúvida que o êxito na tarefa de construção de um novo modelo civilizatório também passa pela associação entre a educação e a comunicação midiática, em favor da conscientização da sociedade em relação à importância de um desenvolvimento com sustentabilidade.

Mas a transição das intenções e projeções atribuídas a comunicação ambiental para a concepção e aplicabilidade da “educomunicação socioambiental” só se completa, naturalmente, quando este ganha status de paradigma. Vejamos como esse processo se estruturou no Brasil.

## **5.2 O Brasil como palco dos debates e desenvolvimento de experiências educacionais**

Em novembro de 2003, aconteceu a *Conferência Nacional de Meio Ambiente*, em Brasília, evento que aprovou, na sessão plenária, uma moção que propõe ao governo federal a construção participativa de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental. Essa Conferência aprovou também uma série de resoluções em torno da divulgação de políticas, campanhas, da promoção da sensibilização e mobilização e apoio à construção de canais de comunicação com a sociedade.

Pouco depois, no mês de dezembro daquele mesmo ano, ocorreu em Brasília o *4º Seminário de Comunicação e Meio Ambiente no Brasil*, que teve como público-alvo o próprio governo. O evento abordou a questão da parceria entre público e privado; as campanhas educacionais; a relação mídia-meio ambiente e sociedade; a democratização da informação ambiental e o marketing ambiental. Na ocasião, o IBAMA apresentou o projeto de uma “Rede Integrada de Telecomunicações”. (Documentos Técnicos Nº 2, 2005).

Em 2004, no âmbito da sociedade civil, destacamos uma ação do Instituto ECOAR para a Cidadania, realizado na Praia Grande, em São Paulo, que promoveu a realização de várias atividades, dentre elas “*De Olho no Ambiente*”, em parceria com a Petrobrás. O conjunto das atividades levadas à cabo foram nomeadas pelo Instituto ECOAR como de Educomunicação, tema sobre o qual a entidade já vinha se debruçando há alguns anos. No

Brasil, naquele momento, já se percebia um significativo número de experiências que caminhavam nesta direção. Assim como o Instituto ECOAR, são conhecidas iniciativas acadêmicas como da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, no oferecimento de uma especialização sobre gestão de informações ambientais; a disciplina de jornalismo ambiental, criada no curso de Jornalismo da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). Também se constata experiências no campo da Educomunicação como eixo principal do curso de pós-graduação em Gestão de Processos Comunicacionais nas Organizações, nas Faculdades Associadas de Cotia (FAAC) e Faculdades Montessori (FAMEC), no Estado de São Paulo.

O *V Fórum Social Mundial*, realizado em janeiro de 2005 em Porto Alegre, igualmente aponta para a retomada da perspectiva da comunicação enquanto direito humano fundamental, e a Educomunicação é colocada pela primeira em vez como pauta continental, no contexto de uma campanha latino-americana pelo direito a comunicação. Cabe lembrar que momentos antes do Fórum, a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, em Porto Alegre é invadida e durante o evento, ocorre uma experiência de desobediência civil com o Fórum Rádios (a transmissão simultânea em rádios comunitárias é vetada pela lei que regulamenta as mesmas).

No mesmo período, de janeiro a fevereiro de 2005, em Altamira, no Pará, durante um processo intenso de acirramento de lutas sociais, a rede GTA com apoio de emissoras comunitárias locais, ofereceu uma oficina de comunicação, promovendo a formação de educadores (os repórteres beija-flores). O resultado principal desta ação foi a produção de um CD com peças de campanha para rádio que põe em pauta a necessidade urgente de substituição da lei 9.612/98, que regulamenta a radiodifusão comunitária, mas que na opinião quase que unânime dos comunicadores populares do país, é na verdade impeditiva à comunicação comunitária.

No âmbito das iniciativas públicas, é possível situar algumas das primeiras experiências geradas a partir da referência na educomunicação socioambiental. Entre as iniciativas pioneiras, destaca-se a experiência desenvolvida na prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Marta Suplicy (2001-2004), em torno do programa “EducomRádio”, que atingiu as escolas públicas municipais de ensino fundamental. Outra iniciativa refere-se à experiência chamada de “Educom”, no Centro-Oeste, que se inicia com 20 escolas no Estado do Mato Grosso, 20 escolas no Mato Grosso do Sul e 20 escolas em Goiás. Registra-se também, naquela altura, tentativas de inclusão da Educomunicação no âmbito de políticas públicas estaduais de educação, com destaque para o Espírito Santo, e municipais, tendo alcançado algumas regiões no Pará.



Cabe mencionar também que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Rio de Janeiro criou uma Superintendência de Educação Ambiental composta por três coordenações, uma das quais foi a de Educomunicação Socioambiental.

Em Agendas 21 locais, em todo Brasil, incluindo também Planos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) – estratégias de elaboração de agendas locais implementadas no governo federal entre 1999 e 2002 –, constam várias referências a ações de comunicação socioambiental voltadas para o desenvolvimento sustentável, dentre as quais destacamos:

Na Agenda 21 do município de Lábrea (MA), entre as ações prioritárias consta a implantação de sistemas de comunicação entre conselho mediador, equipe de projetos, núcleos regionais e membros da Associação Novo Encanto; No Plano estratégico de Vitória (ES) previsto para o período de 1996-2010, se inclui na relação das ações bem sucedidas, o apoio dos meios de comunicação de massa e a divulgação por mídia espontânea; A prefeitura de Uberlândia promoveu o projeto “Tintim por Tintim – Ciência e Comunicação no Meio Ambiente”, em que oficinas de animação, roteiro e sonorização foram o ponto culminante do projeto. (Documentos Técnicos nº 2, 2005, p. 17).

Por fim, no relatório do sítio eletrônico da Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA-MEC), também são destacadas ações desenvolvidas em 2003 que incluem a participação e inclusão em mídia de massa. Mas em 2001, já havia uma publicação da série “PCN em Ação – Educação Ambiental na Escola”, o “Guia de Orientação para Trabalhar Vídeos”.

A CGEA/MEC desenvolve parceria com a Rádio Senado com vista a produção do Programa “Educação Ambiental no AR”, e com a TVE, juntamente com a Secretaria de Educação à Distância, apoiada pelo MMA e PNUMA, realizou o “Curso de Formação Ambiental à Distância”. Aquela Coordenação-Geral de Educação Ambiental também participou, em 2003, de uma série inteira do Programa “Salto para o Futuro”, produzido pela TVE, e ainda produziu em conjunto com a mesma emissora, com apoio do MMA, o Programa “Educação Ambiental na TV”. A Secretaria de Educação à Distância do MEC gerencia o RIVED (Rede Internacional Virtual de Educação à Distância), onde os conteúdos para formação de ensino fundamental e médio são produzidos por parceiros da sociedade e rede de ensino, em especial universidades de todo Brasil.

Foi com esses contornos, mesmo que apresentados em termos gerais, que o debate sobre a educomunicação foi se ampliando, passando a se constituir em referência principalmente para as estratégias de comunicação de cunho ambiental, buscando, por este caminho, fortalecer o processo de construção da cidadania socioambiental.

No entanto, situamos oficialmente a apropriação da educomunicação socioambiental como estratégia da Política Nacional de Educação Ambiental a partir de 2005, quando a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e a Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação definem e tornam públicas as diretrizes para a área, o que se efetiva com a publicação do documento intitulado *Programa de Educomunicação Socioambiental*.

## **6. A INSTITUIÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Acreditamos que pela estrutura do texto proposto até esta altura, bem como pelos argumentos utilizados, tenha sido suficiente para demonstrar que a educomunicação socioambiental primeiramente avança como experiência de forma diversificada, tanto na ação de organizações não governamentais como no âmbito de governos, para mais adiante ser concebida e tomada como uma poderosa ferramenta e/ou estratégia das políticas públicas de educação ambiental.

Até 2005, os documentos de referência da área, nos quais incluímos a própria Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o documento programático que dela decorre, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), assinalam e trabalham com o conceito de comunicação ambiental, detalhando-a na proposição de uma linha de ação específica denominada de “Comunicação para a Educação Ambiental”, organizada em dois blocos temáticos que apontam para ações e iniciativas capazes de favorecer a implementação e consolidação da PNEA.

O primeiro bloco, denominado de *Comunicação e tecnologia para a educação ambiental*, estimula:

[...] apoio à veiculação de informações de caráter educativo sobre meio ambiente, em linguagem acessível a todos, por intermédio dos meios de comunicação em geral; ao desencadeamento de processos de sensibilização da sociedade para os problemas ambientais por intermédio da articulação entre os meios de comunicação; à criação de canais de acesso às informações ambientais que possam ser utilizadas na produção de programação, veiculação de notícias, em debates e outras formas de comunicação social; à criação e estrutura de veículos técnico-científicos para divulgação na área de educação ambiental; à elaboração de planos e programas de comunicação para instâncias governamentais ligadas à educação ambiental; à coleta e difusão de informações sobre experiências de educação ambiental junto a usuários

de recursos naturais, como forma de fortalecer ações locais que visem a adoção de procedimentos sustentáveis no uso do patrimônio comum; à socialização de informações por meio das “Salas Verdes” de secretarias estaduais e municipais de meio ambiente; à produção artística e literária, em suas diversas formas de expressão, como meio de difundir a educação ambiental junto a públicos específicos ou à sociedade em geral; capacitação específica sobre o acesso às tecnologias de informação e comunicação; à alimentação de banco de dados com informações sobre ações na área de educação ambiental; à divulgação de experiências exitosas, em educação ambiental; o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Educação Ambiental [...]. (BRASIL, 2005, p. 48-49).

O segundo bloco, *Produção e apoio à elaboração de materiais educativos e didático-pedagógicos*, remete ao esforço que deveria ser executado pelo OG/PNEA na produção, aquisição e distribuição, em todo território nacional, de material especializado na temática ambiental, no formato impresso ou audiovisual, direcionado aos Estados, municípios e a todos os níveis de ensino; indica a utilização de tecnologia de EAD para a realização de cursos; destaca a implantação de rádios comunitárias com programação centrada no tema da sustentabilidade voltada especialmente para o público jovem; trata da disponibilização de informação sobre a temática ambiental em receptivos turísticos, no serviço militar, em programas de governo, junto a terceira idade e outros grupo sociais. (idem, p. 49-50).

A transição da perspectiva da comunicação ambiental para a educomunicação socioambiental vai ganhando espaço gradualmente, sendo empurrada pela força que vai sendo atribuída ao conceito e pela perspectiva para a qual apontava, pois num momento onde a política de EA foi guiada pela intenção de investir na “formação de educadores ambientais populares”, o protagonismo no uso criativo dos meios de comunicação e suas tecnologias seria condição indispensável para o alcance daquela meta definida pela política pública.

Em 2004, o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, promoveu a I Oficina Nacional de Comunicação e Educação Ambiental. Durante o evento as discussões e os encaminhamentos desta Oficina apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um “programa de comunicação socioambiental na perspectiva da Educomunicação”. Os princípios, objetivose ações do *Programa de Educomunicação Socioambiental* instituído pouco depois, correspondem em grande parte às recomendações desta oficina e foram incorporados e transformados numa primeira versão de texto-base, lançado para consulta pública em junho de 2005, momento em que MMA e MEC passaram a estimular a participação e envolvimento de pesquisadores e profissionais na consolidação do documento. O resultado da consulta levou à participação de mais de 60 colaboradores.

No documento intitulado *Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação*, publicado em 2008 pelo MMA, a segunda seção do texto é dedicada a refletir sobre

em que medida o referencial pedagógico da Educomunicação poderá favorecer a implementação da Lei 9.795/99 (PNEA).

O primeiro argumento explicitado defende a ideia de que o referencial pedagógico da Educomunicação apresenta um quadro orientador para toda a ação comunicativa no campo da Educação Ambiental, conforme prevista no ProNEA, mais especificamente na linha de ação “Comunicação para a Educação Ambiental”, já mencionada linhas acima. A explicação avança mostrando o estabelecimento de um marco político e conceitual capaz de apresentar-se como diretriz que possa orientar, de forma integrada e coordenada, numa mesma direção, as iniciativas que buscam materializar as proposições contidas naquela linha de ação, e que ao mesmo tempo esteja alinhado as principais diretrizes da política ambiental, de transversalidade, transparência, controle social e participação, e que igualmente possa contribuir para a formulação de políticas de comunicação, como parte das políticas e programas federais e locais de meio ambiente e Educação Ambiental.

O segundo argumento desenvolvido advoga que o referencial pedagógico da Educomunicação pode contribuir com o processo de desenvolvimento de uma Política de Comunicação e Informação Ambiental pois, mesmo que não responda a todas as necessidades desta política, apresenta-se como formulação que pode corresponder à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental que, nas perspectivas do ProNEA, se quer presente como competência em conteúdos trabalhados por educadores e educadoras ambientais, bem como de todos os canais e atores de comunicação social do país.

É com a publicação dos Documentos Técnicos N° 2, que apresenta o *Programa de Educomunicação Socioambiental*(2005), que o conceito é alçado definitivamente como uma das referências oficiais, estratégia para a implementação da PNEA.

No artigo intitulado “Educomunicação para Coletivos Educadores”, de Rachel Trajber, apresentado na coletânea *Encontros e Caminhos: formação de Educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*, livro publicado em 2005, a autora estabelece uma interconexão entre o conceito-chave e a forma como a perspectiva é acolhida pelo campo da educação ambiental no processo de construção da sustentabilidade.

[...] a educomunicação pode ajudar a enfrentar o desafio de construir uma sociedade brasileira educada e educando ambientalmente para a sustentabilidade, promovendo mudanças que permeiem o cotidiano de todas as pessoas. Para tal, trata-se de ocupar espaços comunicativos que potencializem a voz de educadoras e educadores ambientais, por intermédio do uso de veículos de mídia. (TRAJBER, 2005, p. 152-153).

## **6.1 Educomunicação Socioambiental: o delineamento de significações no contexto das Políticas Públicas de Educação Ambiental**

Neste ponto, cabe lembrar que a pauta principal desta seção é de explicitar o delineamento conceitual e formato proposto para a educomunicação socioambiental e as orientações para a sua aplicabilidade no contexto das políticas de educação ambiental. E tomaremos dois caminhos para atender a esta tarefa: **i)** promovendo uma imersão e rastreando as proposições contidas no próprio *Programa de Educomunicação Socioambiental*; **ii)** destacando algumas das iniciativas da PNEA que lançam mão da estratégia da educomunicação socioambiental, dentre as quais, colocamos um pouco mais de ênfase nas iniciativas “Coletivos Educadores” e “Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente”.

Na leitura e análise do documento que institui o referido programa fica explícito que à noção de Educomunicação Socioambiental são atribuídas diferentes dimensões, que apontamos a seguir numa versão reelaborada (condensada) em relação à originalmente apresentada: - a sua condição de campo do conhecimento, *epistême*; - compreendê-la com um aprendizado educativo para a recepção crítica dos conteúdos da comunicação de massa e que cria as condições para o exercício da seletividade na escolha da programação, dos meios e emprego educativo dessas tecnologias; - que diz respeito a promoção de “ecossistemas comunicativos” no âmbito do espaço educativo. E nesse contexto o virtual e o presencial se articulam em teia educativa baseada nos encontros, fortalecimento de elos, comunidades interpretativas e de informação/formação. A educomunicação, neste caso, implica na revisão das relações comunicativas e de poderes entre direção, professores, pais e alunos, quando aplicadas na escola, mas a sua utilização igualmente deve ser projetada para o fazer da educação ambiental nos espaços não-formais e informais; - entendê-la engajada ao movimento de gestão participativa dos meios de comunicação, democratização dos sistemas e defesa do direito à comunicação. Portanto admite que existe enquanto campo de intervenção social;- concebê-la como processos formativos de habilidades comunicativas; - percebê-la como compreensão educativa da comunicação social. A partir da percepção do papel formador dos conteúdos dos meios de comunicação de massa onde, muitas vezes predomina a disseminação de valores de consumo insustentável, entre outros problemas, e a falta de uma perspectiva educativa na relação com seus públicos. Esta dimensão compreende todo o esforço de ver aumentado o valor educativo na programação, o tempo de programação disponibilizado com esse fim e os cuidados mesmo com a programação não dirigida para esse

objetivo, contemplando-se a transversalidade do processo educativo que pode ser em toda essa programação. (DT N° 2, 2005, p. 5).

A análise das diferentes dimensões que a constitui nos permite inferir que a Educomunicação Sociambiental, portanto, passa a ser relacionada à ideia da instrumentalização educativa colocada à disposição da sociedade no intuito de ajudar a viabilizar a construção da cidadania socioambiental, condição indispensável para o soerguimento de sociedades sustentáveis.

É desta forma que a Educomunicação Socioambiental é associada à possibilidade de protagonizar o espaço de fala, de dialogicidade, intercâmbio, interatividade, de comunicação dos atores sociais com vista ao seu empoderamento por meio do testemunho (compartilhamento proximal de percepções socioambientais, dando visibilidade a experiências humanas emergidas dos conflitos sociais muitas vezes diretamente associados à questão ambiental), da argumentação (possibilidade da sensibilização que leva à construção do conhecimento), e da mobilização (facilitação dos processos organizativos, participativos e formação da consciência do agir participativo). (Documento Técnico N° 2, 2005, p. 22).

Os princípios do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA constituíram-se na base para a definição dos princípios da Educomunicação Sociambiental. O estabelecimento dos mesmos foi mais um passo na demarcação das ideias-referência que devem orientar a sua utilização com os mais diferenciados espaços e circunstâncias de aprendizado, na intenção de proporcionar o desenvolvimento da consciência crítica, do empoderamento e da autonomia dos indivíduos, da transformação do mundo.

O primeiro princípio diz respeito ao **Compromisso com o diálogo permanente e continuado**. Pautada no diálogo, a Educomunicação Sociambiental deve promover a inclusão de atores e perspectivas com valorização de experiências acumuladas, bem como de novos modos de ver e novas formas de fazer, sempre pelo bem comum. Isso exige ampliação dos espaços de diálogo e de argumentação e contra argumentação, dando materialidade à oportunidade do controle social. Uma ação não-competitiva, inclusive no campo ideológico, mas lúcida de seu papel de dar visibilidade e escuta à diversidade. No âmbito de uma política pública, é uma ação constantemente recíproca entre governo e sociedade.

**Compromisso com a interatividade e produção participativa de conteúdos** é a chamada atribuída ao segundo princípio. A interatividade na Educomunicação Sociambiental significa, principalmente, canalizar a ação comunicativa advinda dos educadores ambientais, e não apenas levar informação e conhecimento pré-editados. Na perspectiva educadora, toda a produção de conteúdos deve ser aberta e participada sem domínio de tecnologia e de

saberes especializados que imponham suas competências por mérito acadêmico. Portanto, também põe em questão a reserva de mercado para profissionais de comunicação. O educador popular trabalha nas duas frentes: absorve tanto a educação como a comunicação, não só como dever de instituições e profissionais constituídos, mas a de todo o cidadão que luta pela sustentabilidade.

O terceiro: **Compromisso com a transversalidade.** Uma comunicação para a sustentabilidade socioambiental que não se contenta com um discurso especializado em ecologia, mas tenha clareza de suas interfaces com todos os campos de saber envolvidos na questão socioambiental, e com as produções discursivas de função estética, pedagógica, espiritualista, jurídica, histórica, etc.

Transversalizar no uso de formatos de mídia. Buscar, também, valorizar as formas de intermídia, isto é, sempre que possível conjugar e articular diferentes modos de canalizar a informação. Por exemplo, a programação de rádio pode ser distribuída por emissoras, por páginas eletrônicas e por CD-ROM, além de gerar publicações.

A noção de **Encontro/Diálogo de Saberes** entra na composição dos compromissos. Refere-se à promoção e valorização da união e do contato entre diferentes atores - pessoas, instituições, gerações, gêneros, culturas, territórios, numa atmosfera de respeito mútuo, sempre fortalecidos pela ação dialógica. O Diálogo de Saberes é fundamento metodológico para quaisquer práticas de Educomunicação. Ele é a promoção do contato e diálogo entre práticas, conhecimentos, tecnologias, papéis sociais e políticos. Portanto, uma comunicação socialmente mobilizadora para atuar na formação de alianças e redes, além de favorecer as já existentes.

O quinto compromisso está atrelado à **proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular.** A Educomunicação Socioambiental respeita e favorece a autonomia das identidades individuais e coletivas, no contexto das comunidades tradicionais e indígenas.

Por isso, se preocupa em prevenir a apropriação indevida de informações, imagens, conhecimentos e tecnologias sociais de comunicação tradicionais e populares, uma vez que grande parte deste patrimônio ainda não está devidamente reconhecido e protegido por lei. Nestes casos, preconiza a lógica da repartição de benefícios, materiais e imateriais, quando da circulação de bens destas culturas. Cabe ao campo da Educação Ambiental, considerando-se o mesmo princípio, defender o direito de acesso e autogestão das expressões culturais dos povos indígenas e comunidades tradicionais junto aos meios de comunicação de massa.

O sexto compromisso é com a **democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação socioambiental.** A Educomunicação Socioambiental visa

favorecer e otimizar a organização da sociedade –uma comunidade organizada é um indicador seguro de continuidade e sustentabilidade do processo comunicativo. A democratização pressupõe igualmente condições de acesso, não só à informação socioambiental, mas também aos seus meios de produção e à sua gestão participativa, incorporando os valores democráticos de forma intrínseca às práticas cotidianas e como expressão da subjetividade humana. Desta forma, os processos educomunicativos devem apontar para formas de autonomização das produções e evitar a especialização de círculos profissionais que cumpram este papel em substituição à coletividade.

Cabe lembrar que este princípio reafirma e atualiza o Princípio 14 do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), que “requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade”.

O **Compromisso com o direito à comunicação significa** o reconhecimento da comunicação como um direito humano fundamental. Ele envolve mais que o direito à informação, à liberdade de expressão como condição indispensável à emancipação e ao acesso a gestão dos meios. A Educomunicação Socioambiental pode ser vista como uma prática de democracia, sustentabilidade e liberdade e, nesse sentido, mantém estreita relação com as demais políticas de proteção da vida e promoção dos direitos humanos. Portanto, é um meio de efetivação do direito à comunicação. Assim como fazer educação, fazer comunicação, nesse caso, é mais que um ato profissional. É, sim, um direito e uma ação emancipatória de todo cidadão.

Por fim, o oitavo compromisso: **a não discriminação e o respeito à individualidade e diversidade humana.** O trabalho da Educomunicação Socioambiental está fundamentado na ética do cuidado e o respeito à diversidade humana, em todos os níveis. Por isso, adota linguagens inclusivas, que não sejam discriminatórias, estigmatizantes, sexistas, racistas, preconceituosas em relação a crenças individuais, ideológicas, orientação sexual e identidade de gênero, e que assegurem a visibilidade e a igualdade de oportunidades de participação, manifestação e resposta a todas e todos.

Os objetivos atribuídos ao Programa foram concebidos de forma articulada com a definição de um conjunto de ações correspondentes a cada um desses objetivos, que por sua vez estão dispostos em consonância com as atividades previstas na linha de ação “Comunicação para a Educação Ambiental, do ProNEA, e com aquelas que resultaram da realização da I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental.



Como entendemos que a explicitação dos mesmos, a partir dos seus elementos essenciais, são importantes para a compreensão das significações que a Educomunicação Socioambiental assume no contexto do Programa, passamos a resenhá-las, abaixo, a partir do texto original (2005, p. 23-34).

O objetivo inicial indica a realização **de um mapeamento do “estado da arte” da comunicação no Brasil**, do qual decorre a ação de cadastramento das informações relativas à comunicação ambiental no Brasil, que abarcaria dados sobre canais e conteúdos; educadores ambientais; estruturas de apoio à produção e difusão; e sistemas informacionais.

**Apoiar as redes de Comunicação Ambiental** é outro objetivo elencado. Refere-se ao estímulo da cultura de redes no campo da comunicação ambiental, numa conformação e atuação que possa estar referenciada na perspectiva educativa. No contexto nacional, aponta para a aproximação entre a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e a Rede Brasileira de Educomunicação Socioambiental (REBECA), no sentido de potencialização mútua de suas ações, assim como pela possibilidade de construção de agenda de ação comum em função dos mesmos objetivos, assim como assinala para a importância da interação entre redes de Educação Ambiental e de Educomunicação que atuam no contexto da América Latina.

O objetivo que trata da promoção da **produção interativa e veiculação de programas e campanhas de educação ambiental para mídia massiva** remete a ação que comporta a oferta contínua de conteúdos, promoção de pesquisa para produção de novos conteúdos, e o fomento à produção educativa ambiental para meios de educação difusa com foco no rádio e na TV como veículos prioritários. Os aspectos interativos visam fomentar os sistemas solidários de produção e veiculação de comunicação socioambiental, sugerindo-se que as mesmas podem ser concretizadas pela realização de seleções públicas de campanhas e programas, estratégia que é apontada como potencial estimuladora do incremento de dinâmica de criação em grupo em todo o país, gerando assim processos educativos participativos em diversos níveis e ambientes, especialmente escolas e universidades.

O quarto objetivo: **implantar o Sistema Virtual de Canais de Rádio e TV**, atribui a este sistema a função de catalizador da comunicação ambiental para áudio e vídeo, assumindo assim o papel irradiador de conteúdos, promovendo a sua circulação de forma democrática, bem como estimulando o intercâmbio entre diversos produtores e exibidores. Além de remeter as ações necessárias para viabilização do próprio sistema, este indica as gerências necessárias

para a sua vinculação como uma das ferramentas do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental – SIBEA.

Outro objetivo delineado no âmbito do Programa é o de **prover novas estruturas de produção popular de comunicação ambiental, destacando a radiodifusão educativa**, concebido na intenção de identificar localidades e espaços educativos com demanda expressiva por radiocomunicação e fomentar sua criação por meio do investimento na formação de educadores locais e na concepção, implementação e gestão de projetos educativos de rádio.

Pensando principalmente na parceria com Universidades, o Programa também acolheu o objetivo que remete a **pesquisar e oferecer, por intermédio de publicações, metodologias para diagnósticos de comunicação para programas e projetos socioambientais, metodologias de formação de educadores socioambientais e subsídios para a elaboração de programas estaduais e municipais de educação socioambiental**.

O rol dos objetivos é concluído com o de **promover a Formação de Educadores Socioambientais**, condição indispensável para que a educação se realize plenamente.

Um documento posterior a publicação do *Programa de Educação Socioambiental*, texto técnico complementar, *Educação socioambiental: comunicação popular e educação* (BRASIL, 2008), ampliam o horizonte das orientações sobre a aplicabilidade e usos da educação socioambiental, sugerindo linhas de ação, atividades, processos, linguagens e métodos para a ação, assim com indica que o mesmo é referência a, “todos os atores e processos de Educação no campo da Educação Ambiental”. (s.p.)

O texto indica que as práticas sugeridas no contexto de cada uma das 03 (três) linhas de ação “podem ser executadas a partir da iniciativa de qualquer segmento da sociedade, sejam grupos de educadores ambientais, instituições da sociedade civil, órgãos públicos, empresas, rádios comunitárias”, entre outras. (BRASIL, 2008, s.p.)

**Articulação de Ecossistemas Comunicativos no campo da Educação Ambiental** é uma das linhas de ação sugeridas. Objetiva promover a articulação e a manutenção das interações dialógica e da qualidade participativa em todas as instâncias e processos de Educação Ambiental, contribuindo para a sua ampliação e popularização. Esta linha assume um papel fundamental, ao demonstrar a importância dos processos comunicativos fora dos meios de comunicação, ou utilizá-los apenas como apoio dos encontros presenciais sugere uma longa lista de iniciativas que considera pertinente a esta linha de ação, entre as quais:

[...] etnomapeamento; biomapa comunitário; inventário sociocultural e socioambiental; diagnóstico participativo; monitoramento e avaliação de processos participativos; sistematização de experiências; planejamento, arranjo e monitoramento de processos participativos em escala nacional; mediação de encontros, conflitos e processos decisórios; animação cultural e emulação; desenho e planejamento de círculos participativos – planos de aprendizagem dialógica; tecnologias de aprendizagem em convivência (tac); práticas de harmonização ambiental e higienização social; manifestações públicas criativas pela sustentabilidade socioambiental pela democratização da comunicação. (idem, s.p.).

A segunda linha de ação, denominada de **Produção Interativa / participativa em mídias massivas**, estimula criar e gerir coletivamente conteúdos voltados para a veiculação nos meios de comunicação de massa, em atividades educativas. Envolve o fomento à produção educativa ambiental para meios de educação difusa, com foco no Rádio e na TV como veículos prioritários. O aspecto interativo, princípio da Educomunicação, visa privilegiar aquelas iniciativas de produção que reflitam um processo educativo em torno de si e, também, um plano de difusão pedagógica neste sentido, a produção interativa / participativa. Esta linha busca fomentar os sistemas de produção solidários de produção e veiculação de comunicação socioambiental, e desta forma induzir dinâmicas de criação em grupos por todo país, gerando assim processos educativos e participativos em diferentes instâncias e ambientes, especialmente escolares e universitários. E conseqüentemente abrir oportunidades de divulgação e apropriação pública das políticas ambientais e da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. Sugere como atividades pertinentes:

[...] formação de comunicadores comunitário pelo meio ambiente; co-autoria de materiais educativos, pesquisa e documentação intergeracional da cultura e meio ambiente locais; agência aprendizes de comunicação ambiental; cobertura e assessoria de comunicação educativas dos eventos, encontros e processos; parceria e colaboração coletiva com meios de comunicação regionais, educativos e/ou comunitários; mutirão de produção de campanhas educativas; vídeocartas. (BRASIL, 2008, s.p.).

**Formação do Educomunicador Socioambiental** é o título que resume o escopo da terceira linha de ação. Objetiva desenvolver nas pessoas habilidades comunicativas com vista ao fortalecimento da formação cidadã; formar capacidade para a leitura crítica dos fenômenos e dos conteúdos da mídia de massa; implementar orientações pedagógicas na formação de educadores; estimular a atuação conjunta de educadores e comunicadores ambientais em processos de intercâmbio de conhecimentos; desenvolver pesquisas e experimentações entre comunicação e Educomunicação Ambiental. Lista como exemplos de ações características:

Viradas educacionais; formação de comunicadores comunitários e formação da população através de canais locais; mutirões de comunicação comunitária pelo meio ambiente; planos de formação tridimensionais: presencial, à distância e difusa; edição/reedição coletiva de textos, imagens e sons; leitura crítica e debate de conteúdos e abordagens da mídia sobre meio ambiente, conflitos socioambientais, etc. (2008, s.p.).

O mencionado documento de detalhamento também avança em indicar os caminhos para implementar as linhas de ação propostas, que passaria pela (o): **i)** realização de diagnósticos e mapeamentos iniciais da comunicação num determinando âmbito territorial; **ii)** desenvolvimento de pesquisas e publicações sobre alternativas metodológicas apropriadas; **iii)** apoio, em um determinado âmbito de atuação, a constituição de estruturas educadoras voltadas para a informação e comunicação popular em meio ambiente; **iv)** articulação de bases virtuais de informação (páginas, plataformas, sistemas); **v)** trabalho em rede; **vi)** apoio ao planejamento e gestão de programas, sub-programas ou componentes de programas de Educomunicação Socioambiental, em qualquer instância do poder público, como meio de fortalecer a Educação Ambiental como prática de todos; **vii)** definição de meios institucionais para apoio permanente e financiamento da Educomunicação Socioambiental.

Após explorarmos os documentos oficiais publicados pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, entendemos que pela síntese apresentada nesta seção foi possível apontar as principais significações que são atribuídas a Educomunicação Socioambiental, bem como deixar registrado o escopo definido para a sua utilização e meios de implementação.

No contexto traçado, o papel dos ecossistemas comunicativos nos processos de educação ambiental centrados na dialogicidade e na participação social assume grande relevância na criação e gestão de produções ambientais vinculadas a processos educativos pautados pela interatividade e participação social mediante o desenvolvimento de capacidades de expressão, comunicação e formação cidadã nos indivíduos enquanto educadores.

Uma vez estipulada às premissas e diretrizes que passariam então a orientar o acolhimento da Educomunicação Socioambiental no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, o passo seguinte do OG/PNEA foi o de incluir essas referências nas iniciativas, programas, projetos e ações concebidas e implementadas. E este é o foco da próxima seção, buscando identificar como a Educomunicação Socioambiental é operacionalizada num conjunto de ações desencadeadas pela política de Educação Ambiental.

## **6.2 Particularizando o uso da Educomunicação Socioambiental como estratégia em Ações de Políticas Públicas: a CNIJMA, os Coletivos Educadores e outras Iniciativas**

Pelas exposições apresentadas até aqui, acreditamos já ser possível identificar o protagonismo do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental na sistematização e algumas formulações em torno do conceito de educomunicação socioambiental, assim como entendemos ter oferecido as evidências para compreender o roteiro programático com vista a sua aplicabilidade e usos. E essa orientação aparece sintetizada no fragmento extraído do artigo escrito por Rachel Trajber, já mencionado anteriormente. A perspectiva em relação a educomunicação socioambiental, portanto, é a de utilizá-lo como:

[...] um campo de implementação de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo geral o planejamento, a criação e o desenvolvimento de ecossistemas educativos mediados por processos de comunicação e pelo uso das tecnologias da informação (...) e segundo os seguintes objetivos: promover o acesso democrático dos cidadãos à produção e difusão da informação; identificar como o mundo é editado nos meios; facilitar o processo ensino-aprendizado através do uso criativo dos meios de comunicação e de suas tecnologias (estes – os meios de comunicação – vistos a partir não da tecnologia em si, mas de suas características e da importância de se ter acesso a eles); e promover a expressão comunicativa dos membros da comunidade educativa. (Trajber, 2005, p. 152).

A partir de então, a educomunicação passou a ser considerada em várias ações, iniciativas, projetos e/ou programas das políticas públicas no campo da educação ambiental, se constituindo numa estratégia que podemos definir como estruturante, e de forma particular, sendo considerada marca registrada em duas ações de políticas públicas: 1) uma desencadeada pelo Ministério do Meio Ambiente denominada “Coletivos Educadores”; 2) e a outra, na estratégia de mobilização conhecida como “Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente”, ação voltada para o fomento do protagonismo socioambiental no âmbito do ensino formal instituída pelo Ministério da Educação.

E para compreender melhor como o roteiro programático passa a ser apropriado, faremos uma incursão no conjunto das ações de políticas públicas de educação ambiental mais conhecidas. Chamamos a atenção para o fato de que duas iniciativas em particular, ganham maior ênfase na abordagem, pois, nas origens desta pesquisa, foram concebidas como *cases*, que por circunstâncias, a investigação não prosperou desta forma.

O critério de abordagem adotado foi o seguinte: num primeiro momento buscamos caracterizar cada uma das ações e, em seguida, intentamos explicitar, no contexto de cada uma delas, como a educomunicação socioambiental é utilizada.

### 6.2.1 Coletivos Educadores

**Os Coletivos Educadores**, segundo a definição e orientação proposta nesta política pública, apresentada em diferentes documentos elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente, diz respeito a uma ação que estimula a união de um conjunto de representantes de instituições que atuam em processos formativos e que se aproximam no sentido de possibilitar uma formação permanente, participativa, continuada e voltada à totalidade dos habitantes de um determinado território, demarcado pelo pertencimento.

As premissas que fundamentam a ação, ao tratar da constituição do Coletivo Educador, referem-se a um grupo empenhado em interpretar o contexto e enfrentar a problemática socioambiental presente no território com vista à busca do futuro desejado, caracterizando-o como um grupo que compartilha observações, visões e interpretações de sua realidade, da mesma forma que planeja, implementa e avalia processos de formação de educadores ambientais em consonância com os Princípios do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais.

Ele é proposto como uma estratégia para a implementação de políticas públicas federais, estaduais e municipais de Educação Ambiental, uma vez que apresenta o potencial de interlocução e de referência para as ações educadoras locais.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) defende o princípio de que todo processo educacional desenvolvido pelos Coletivos Educadores deve valorizar as experiências sociais e os saberes locais e estimula o uso da educomunicação socioambiental, destacando as suas duas dimensões fundamentais: 1) a de democratizar o processo de comunicação como um todo, possibilitando o acesso à participação na criação, produção e gestão da temática ambiental nos meios de comunicação, visando promover a expressão comunicativa dos educadores ambientais e seu domínio de ferramentas tecnológicas de informação, o que pode ser deflagrado através do uso dessas no processo de ensino/aprendizagem e da produção e difusão de materiais didáticos, de campanhas de educação ambiental, entre outros usos; 2) a da inserção nos diversos meios de comunicação da pauta socioambiental de forma crítica e contextualizada

Esta ação, marcada, portanto, pela estratégia da educomunicação socioambiental passa a ser fomentada pelo MMA a partir de 2004, tanto por meio da indução, com a publicação de edital pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, visando a disponibilização de recursos para a

emergência e consolidação de Coletivos, quanto pelo estímulo à formação espontânea de outros Coletivos Educadores em todo o território nacional.

Vários Coletivos Educadores foram constituídos nesse processo no âmbito do território nacional e a avaliação do trabalho desenvolvido, numa amostragem significativa, contribuiria para uma compreensão mais ampla sobre como esses CEs deram conta dos processos educacionais. Entretanto, a dificuldade de acesso aos relatórios de prestação de contas dos Coletivos Educadores financiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, e a inexistência de relatos disponíveis daqueles que se formaram de maneira espontânea, apresentaram-se como dificuldades no cumprimento desta tarefa.

Buscando alternativas, encontramos no livro *Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*, Volume 3, publicado em 2014, relatos, na forma de artigos, sobre a atuação de 03 importantes Coletivos Educadores: 1) Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Região – CESCAR; 2) Coletivo Educador da Bacia do Paraná 3; e 3) Coletivo Educador Ambiental de Campinas – COEDUCA.

Por meio desses relatos, buscamos identificar como esses coletivos encaminharam os seus processos educacionais. Vejamos:

No relato apresentado pelo CESCAR (Oliveira et al, 2014, p. 392-402), na seção em que apresenta as “estratégias de desenvolvimento” do Coletivo, constata-se referências a adoção da educação como um dos processos educacionais utilizados no processo de formação. As atividades educacionais ganham forma na disponibilização de um *site* específico (<http://www.cescar.ufscar.br/>), no qual se abrem várias páginas informativas e/ou relacionadas à produção de conteúdos, ação que se multiplica na produção de vídeos destinados à formação de profissionais de educação, disponíveis na aba “ProMEA na Rede”: <http://www.cescar.ufscar.br/promea.php>; nos materiais temáticos produzidos, reproduzidos e disponibilizados para fins de consulta e aporte, podendo ser acessado no link “Material Didático”; na produção, na forma impressa e digital, do *Boletim Fractais*, veículo de disseminação e democratização da informação dos Coletivos Educadores de São Paulo (Disponível em: [file:///D:/Downloads/Boletim\\_Fractais\\_Coleciona\\_n\\_1.pdf](file:///D:/Downloads/Boletim_Fractais_Coleciona_n_1.pdf)) – Ver Anexo 01.

No artigo que apresenta o Coletivo Educador da Bacia do Paraná III, destaca-se como uma conquista, quando relatado o processo de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), “a consolidação da educação por meio da formação de comunicadores comunitários” (CASALE et al, 2014, p. 408), acompanhado do comentário subsequente de que tal formação ocorreu por meio da Web Rádio Água (Idem, p. 410), projeto que dedica-se

a ser um espaço colaborativo que possibilita a troca de informações e experiências de intercâmbio de conteúdos, constituindo uma rede de discussão, de apresentação e proposição de ideias e do compartilhamento de soluções para que, a partir da mobilização social, sejam adotadas boas práticas relacionadas à temática da água como recurso natural em diferentes cenários da vida. O projeto Web Rádio Água, bem como seus apoiadores, o Parque Tecnológico Itaipu, a Itaipu Binacional, são instituições integrantes deste Coletivo Educador. (Disponível em: <http://www.webradioagua.org/index.php/blog/itemlist/user/343-webr%C3%A1dio%C3%A1gua>)

Fica explícito, nos objetivos manifestos do CEBP III e na estratégia do uso da educomunicação socioambiental, “a mobilização, sensibilização, comprometimento e envolvimento dos diferentes atores sociais (...) para o olhar coletivo, demonstrando o empoderamento e envolvimento da comunidade nas ações e projetos socioambientais” (idem, p. 410).

Numa outra publicação, *Círculos de Aprendizagem para a Sustentabilidade* (2007, p. 68) dedicada exclusivamente ao relato da caminhada do Coletivo Educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu, abrangendo o período entre 2005 e 2007, foi feito o registro sobre pilares que sustentariam a ação deste coletivo, entre os quais é ressaltado o papel da educomunicação, seguindo o formato indicado no *Programa de Educação Socioambiental*, proposto pelo OG/PNEA.

No artigo-relato dedicado ao Coletivo Educador Ambiental de Campinas, constata-se que a educomunicação foi definida como um dos itens do cardápio de formação de educadores ambientais, ganhando espaço específico, portanto, para uma atividade denominada “Pensando e fazendo Educomunicação”, sobre a qual não encontramos detalhamento. Localizamos um blog dedicado ao COEDUCA, mas desatualizado e que oferece poucas informações sobre o desenvolvimento das atividades deste Coletivo Educador. (Disponível em: <http://coletivoseducadores.blogspot.com.br/2006/12/coeduca-coletivo-educador-ambiental-de.html>).

Chamamos a atenção para o fato de que o *Boletim Fractais*, já mencionado linhas atrás, também se constituiu num veículo de disseminação da informação para o COEDUCA e para os demais Coletivos Educadores do Estado de São Paulo.

### **6.2.2 A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente**



**A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente** refere-se a uma estratégia pedagógica de educação difusa que busca o adensamento de conteúdos e a promoção do debate sobre a dimensão política da questão ambiental. Caracteriza-se pela mobilização e engajamento dos adolescentes e da comunidade escolar em debates sobre temas socioambientais contemporâneos, tendo como lócus as escolas que possuem pelo menos uma série dos anos finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano). É uma ação de política pública que se dá por meio de uma estratégia metodológica de amplo alcance, concebida a partir de uma visão sistêmica sobre temáticas socioambientais contemporâneas e a sua inserção e apropriação nos sistemas de ensino. Promove amplamente o protagonismo infantojuvenil na escola e comunidade do entorno no trato das questões socioambientais locais. Estimula, na escola e no contexto da conferência, o uso da educomunicação socioambiental por diferentes meios e linguagens (áudio, informativo, imagem, redes sociais, spot de rádio, fanzine, outros).

Esta ação de política pública capacita as escolas, no contexto da preparação para a realização de cada edição da Conferência, por meio de material didático-pedagógico, oficinas e workshops, para o trabalho com a educomunicação.

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente como ação de política pública vem sendo fomentada desde 2003, já tendo sido realizada 04 edições, nas quais envolveu aproximadamente 20 milhões de alunos em todo o território nacional, alcançando por volta de 30 mil escolas e abarcando grande parte dos municípios brasileiros.

Em todas as edições da CNIJMA, as escolas aptas a participarem do processo de conferência receberam instruções e/ou “dicas” de como trabalhar com a educomunicação, o que se deu por meio de disponibilização de “Manuais”, “Tutoriais” ou “Passo a Passo” [https://www.youtube.com/watch?v=t\\_3gRibbAHs&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=t_3gRibbAHs&feature=youtu.be)

Esses documentos de referência, de forma geral, apresentam o conceito e comentam que a escola é um dos tantos espaços onde a educomunicação pode acontecer. Estimula professores a prepararem seus alunos para desenvolver o domínio da comunicação com o público e por meio da apropriação de habilidades e competências para o uso adequado de mesa de som, microfones, gravadores, computadores, câmeras de vídeo e fotografia, entre outros equipamentos e recursos. Esses documentos, sendo comum, no estabelecimento da relação entre Meio Ambiente e Comunicação, defende a premissa de que a comunicação é duplamente importante para nossas relações com o Meio Ambiente, para conhecer o que está distante do mundo da escola e para comunicar aos outros o que está próximo.

A educomunicação socioambiental, nesta ação, apresenta-se como uma estratégia estruturante para viabilizar aos alunos uma forma de comunicar como desenvolveram as suas ações e como apresentaram suas propostas no contexto da Conferência, para além de envolverem-se na produção de peças educacionais que se dedicam a fazer um chamamento à participação da comunidade escolar no processo.

A título de ilustração de como o uso da educomunicação vem acontecendo no âmbito da CNIJMA, sugerimos acessar os links indicados a seguir:

<https://www.youtube.com/watch?v=phs2c53aDfU&feature=youtu.be>

<https://www.youtube.com/watch?v=wQaeDBafSXg>

<https://www.youtube.com/watch?v=oz4tPDKqUP4>

<https://www.youtube.com/watch?v=vnc9hVa8Nfo>

<https://www.youtube.com/watch?v=WZo9FA7D69c>

<https://www.youtube.com/watch?v=33PwycW65fl>

Nas experiências educacionais desenvolvidas nas escolas no âmbito das CNIJMAS, fica evidente como a comunicação alia-se a educação no intuito de estimular o protagonismo infantojuvenil na discussão sobre os temas ambientais e na construção da cidadania socioambiental, conseguindo alcançar concretamente a perspectiva apontada a partir do campo conceitual.

## **6.2.3 Outras ações de políticas públicas que enfatizam o uso da Educomunicação**

### **6.2.3.1 Projeto Salas Verdes**

Coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de Informação e Formação Socioambiental. A atribuição básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental. Inicialmente o Projeto Sala Verde foi concebido com foco dentro do caráter de “biblioteca Verde”, e a partir do desenvolvimento e

da evolução do Projeto passou-se a visualizar as Salas Verdes como espaços com múltiplas potencialidades.

No âmbito do Projeto Salas Verdes, a Educomunicação Socioambiental assume papel estratégico na democratização da informação ambiental, que pode ser concretizada de acordo com os recursos tecnológicos disponíveis em cada unidade, e é decisiva no desenvolvimento das diferentes atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico que orienta as ações de cada sala, geralmente concebidas na forma de cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas, entre outras.

E à Educomunicação Socioambiental, a partir dessas atividades, é atribuído o papel de viabilizar a produção e disseminação de informações sobre questões ambientais locais, a partir do ponto de vista e da compreensão construída pelos atores sociais que delas participam.

Abaixo, para fins de exemplificação, indicamos peças educacionais produzidas por duas Salas Verdes, a de Cananéia, no Estado de São Paulo, e a de Maragogipe, no Estado da Bahia. Acessar:

<https://www.youtube.com/watch?v=T6WfWeMhHXc>

<https://www.youtube.com/watch?v=MmearHRkbT0>

### **6.2.3.2 Programa Juventude e Meio Ambiente**

O Programa Juventude e Meio Ambiente surgiu em 2005 como uma estratégia do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (MEC e MMA) para estimular, ampliar e potencializar o debate e a ação socioambiental das juventudes brasileiras. Segundo Documentos Técnicos<sup>5</sup> N°9, publicado em 2007, este programa foi formulado a partir da sistematização de uma pesquisa realizada em 2004/2005 com mais de 150 jovens integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente – os CJs – de todo o país (MEC/MMA, 2004). Esta pesquisa contribuiu para identificar o perfil destes jovens já engajados e atuantes na área, por meio de suas ações no âmbito dos CJs. Possibilitou também a identificação de demandas, lacunas, perspectivas, anseios e potencialidades deste segmento na educação ambiental. As principais demandas identificadas foram agrupadas como questões de caráter técnico-formativo, organizacional e material. O Programa Juventude e Meio Ambiente surge com o

---

<sup>5</sup>Série publicada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de divulgar as ações, projetos e programas de Educação Ambiental voltados a políticas públicas de abrangência nacional.

objetivo de enfrentar esses três principais desafios identificados pela pesquisa, não de modo centralizado, mas catalisando um processo de parceria e diálogo entre o governo federal, por meio do Órgão Gestor da PNEA, e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Contribuindo para fortalecer pessoas, organizações e movimentos de juventude do país com foco na educação ambiental e juventude, mas com atuação especial junto aos Coletivos Jovens.

A Educomunicação Socioambiental é apontada como uma das estratégias de organização, mobilização, formação e atuação dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente. É concebida como referência na produção de material de divulgação, folder, boletins, fanzines, blogs, jornais, painéis, faixas, spots de rádio. Enfatiza-se a importância de criar espaços de comunicação/divulgação na internet, por meio de um site e blogs, por exemplo, mas igualmente aponta para as diferentes maneiras de realizar a comunicação, que envolvem diferentes meios, como materiais impressos (com texto, com texto e imagens, com imagens), audiovisuais (vinhetas de rádio e de TV, músicas, clipes, carro de som), interativos (na internet e fora dela), etc.(Cartilha Coletivos Jovens de Meio Ambiente, 2005, p. 35-36).

### **6.2.3.3 Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar**

O PEAFF foi desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e está voltado para o público envolvido com a agricultura familiar. Tem como propósito a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural. A sua implementação se dá por meio do conjunto de instituições governamentais e não-governamentais ligadas a essa temática, com vista à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais.

Por meio do desenvolvimento de ações educativas, busca-se a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural. Sua implementação se dá por meio do conjunto de instituições governamentais e não-governamentais ligadas à essa temática, com vista a adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais.

O PEAFF está estruturado a partir de um conjunto de objetivos, princípios, diretrizes e organizado em diferentes linhas de ação.

Segundo o Caderno Conceitual do PEAAF (2015), a implementação do programa apoia-se nos instrumentos e metodologias oferecidos pela Educomunicação, reconhecendo-a como incentivadora da Educação Popular e da Educação do Campo. A Educomunicação é entendida como uma grande aliada da intervenção dos educadores ambientais nos espaços

educativos, pois além de ser uma estratégia voltada para a democratização do acesso aos meios de comunicação e à informação, ela também é capaz de potencializar o uso destes meios para promover transformações tão almejadas no meio rural. Na verdade, o programa compreende que através da Educomunicação é possível facilitar a construção de saberes de forma coletiva e colaborativa, bem como a difusão destes saberes de forma democrática.

Dentre as várias ferramentas da Educomunicação, o PEAFF busca o desenvolvimento, produção e publicação de material técnico, em forma de cartilhas, cadernos temáticos impressos e digitais; spots de rádio, vídeos educativos e de registro de experiências, sem finalidades comerciais, de acesso público e distribuição gratuita. Toda produção deste material vem com o propósito de sistematizar experiências de EA com agricultura familiar, ou seja, socializar boas práticas desenvolvidas por grupos de diferentes locais, sobre a temática socioambiental dos territórios.

#### **6.2.3.4 Iniciativas no Campo Popular, Não-Formal e Informal**

Em outras iniciativas de políticas públicas, particularmente em processos formativos da Educação Ambiental Popular, Não-Formal e Informal, encontramos igualmente indicação de aplicabilidade de processos educacionais. Uma ressalva se faz necessária: as informações apresentadas a seguir não estão baseadas em pesquisas específicas ou levantamentos sobre a execução dessas iniciativas, mas nas proposições apresentadas nos documentos formais publicadas pelo OG/PNEA sobre os campos de aplicação para a Educomunicação Socioambiental. Vejamos.

A Educomunicação é apresentada como estratégia para a viabilização do Programa *Municípios Educadora Sustentáveis, nas Cidades-Escola e nos Bairros-Escola, sendo concebida* como política de educação e comunicação integrais em que as ações articuladas de comunidades e escolas definem um ambiente educador permanente para todos.

As Redes de Educação e/ou de Comunicação Ambiental também são apontadas como campo de aplicabilidade da Educomunicação. É projetada na perspectiva de dialogar atuar com as Redes ajuda na difusão de saberes e experiências, a facilitação de ações e projetos, a interação do diálogo presencial e a distância. Envolve a educação para o uso da mídia internet e leitura crítica de toda matéria circulante na WEB sobre meio ambiente, Educação Ambiental, sustentabilidade, sempre em transversalidade a uma infinidade de interesses e pautas. As Redes (bem como os canais de comunicação) consideradas parceiras do ProNEA,

são aquelas que têm sempre a preocupação e o compromisso de pautar os meios de comunicação, como questão de democratização da informação ambiental. Elas podem desempenhar papel de ombudsman da política ambiental, portanto, têm um papel focal de controle social das políticas públicas socioambientais, observando o respeito às diferenças individuais.

Educomunicação concebida no contexto de *Pesquisas Participativas em Meio Ambiente*. Os textos oficiais situam esta perspectiva como um setor à parte para mostrar que a pesquisa não é exclusivamente originada no sistema formal de educação. Pode ser proposta e conduzida, também, por exemplo, por uma organização comunitária. Para isso, deve valorizar o “diálogo de saberes”.

#### **6.2.3.5 Iniciativas em políticas públicas e movimentos sociais pela sustentabilidade, associados a processos educativos**

- *Educomunicação na transversalização de políticas públicas locais*. Políticas e programas locais do executivo podem articular, a partir do conceito de Educomunicação, um arranjo transversalizador de ações pela cidadania e sustentabilidade socioambiental. Leis de Educomunicação Socioambiental podem vincular à área do meio ambiente a outros setores como direitos humanos, cultura, educação, esporte e lazer, infância e juventude, etc. Outra opção são as leis gerais de Educomunicação, que podem associar entre si todos esses setores. Exemplos: Lei Municipal de Educomunicação de São Paulo/SP; na Bahia, a Educomunicação é um capítulo da Política Ambiental Estadual, que busca se correlacionar com a questão ambiental e transversalizar a informação, pautar os veículos de comunicação e envolver pessoas.

- *Educomunicação Socioambiental na Educação Integral de Crianças e Adolescentes*. Com-vidas (Conselhos de Comunidades Escolares pelo Meio Ambiente e Qualidade de Vida), Conselhos Tutelares e Redes de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente amplificam o fortalecimento dos direitos e das responsabilidades compartilhadas, aplicando o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e estimulando a ética do cuidado. Direitos fundamentais como o direito ao esporte e ao lazer, por exemplo, estão diretamente relacionados com o direito ao meio ambiente.

- *Educomunicação em Fóruns, Conferências, Congressos e Encontros do campo socioambiental*. Trabalhar a qualidade participativa nos encontros e dinamizar a sistematização, as memórias e o diálogo com o público, facilitando a implementação das

decisões. Neste caso, a memória e a documentação do encontro são aproveitadas também como espaços educadores, oportunidades de aprendizagem para a formação de educadores.

- *Educomunicação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e da educação no campo.* Promover encontros, presenciais e à distância; o diálogo de saberes conecta comunidades e experiências, promove a educação diferenciada, favorece o fortalecimento cultural e a vigilância territorial destes povos e garante a integridade biorregional.

- *Educomunicação dos grupos e núcleos de jornalistas ambientais (NJAs) ou núcleos de eco-jornalistas.* Em ONGs e universidades têm se desenvolvido núcleos de produção, articulação e pesquisa, como os Núcleos de Jornalismo Ambiental da Universidade de Brasília - UnB e da Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e o Núcleo de Jornalistas do Mato, composto por jornalistas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O papel principal é o de vincular pautas, formar opinião, fortalecer os espaços da informação ambiental, qualificar processos formativos a partir dos meios, pesquisar e oferecer leitura sistematizada e politicamente engajada. Assim, tem um importante papel de controle social e pressão sobre o poder público, bem como sobre as redes, de maneira mais aplicada. Para praticar como Educomunicação é preciso explicitar o aspecto participativo (no levantamento da informação junto ao público, por exemplo) e ter proposta de difusão educativa da sua informação, porque, como dito anteriormente, a Educomunicação Socioambiental não é igual à comunicação ambiental feita pelos meios funcionalistas convencionais.

- *Educomunicação Socioambiental para o contexto das fronteiras interculturais da América Latina.* Os desafios da formação de ecossistemas comunicativos para a Educação Ambiental Popular, no contexto das fronteiras interculturais do Prata, Andino-Amazônica, etc., sugerem a necessidade de estratégias de estreitamento cultural. Fóruns de intercâmbio de saberes e experiências podem cumprir esse papel. Exemplos dessa prática são o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (Foz do Iguaçu-PR) e a iniciativa MAP (ampla agenda socioambiental construída entre os Estados Madre de Diós, Peru, Acre, Brasil, e Pando, Bolívia).

- *Educomunicação das rodas de diálogo, na educação popular em saúde.* Em diagnósticos ambientais coletivos, em práticas de produção participativa de conteúdos educativos para saúde pública, educação direta no atendimento de Agentes de Saúde

comunitários. As políticas de saúde no Brasil têm evoluído nos últimos anos fortemente com essas práticas, mostrando um expressivo potencial educador dos educadores populares em saúde.

- *Educomunicação nas ações de gênero e cidadania.* Nas diversas formas de expressão comunicativa é possível educar ambientalmente considerando-se as questões de gênero. Um exemplo são as oficinas de Gênero e Comunicação promovidas pela Rede Cerrado, que deu origem ao projeto “Fale aí com suas próprias palavras” e o programa radiofônico “Agora é que são Elas no Cerrado”, da Rádio Comunitária Meia-Ponte (Pirenópolis, Goiás – 2003), em que as mulheres abordaram conflitos familiares associados à militância ambientalista.

- *Educomunicação nas relações escola – mídia.* Agenciamento e aprendizado da leitura crítica dos meios através da produção e participação nas mídias comunitárias e mídias da escola: fanzine, rádio interna e comunitária, páginas e blogs, entre outras; observar o Programa Nacional de Mídias na Educação (em construção pelos ministérios da Educação e da Cultura). Vale lembrar que esta é uma grande área para políticas e projetos específicos, considerado o universo de instituições que pode envolver. Portanto, um grande desafio para as políticas do MEC.

- *Educomunicação Socioambiental em universidades e escolas de comunicação.* Sejam em universidades, centros de pesquisa independentes, estruturas educadoras comunitárias, centros de Educação Ambiental, Sistema S (Senac, Sesc, Sesi, Sebrae, Senai, Senar, Sest, Senat e SESCOOP), seja em escolas formais e não-formais que oferecem formações em habilidades comunicativas, desenvolvendo capacidades de gestão de ecossistemas comunicativos, bem como de produção. É importante observar como inserir os valores democráticos de gestão e associar essa Educomunicação ao campo da Educação Ambiental. Um exemplo de escola não-formal de comunicação é a Escola de Comunicação Popular e Crítica, do Rio de Janeiro, na favela da Maré.

- *Educomunicação pelos meios de comunicação de massa* de alcance e cobertura nacional, inclusive os canais comerciais, uma vez que não só podem como têm o dever de oferecer processos formativos continuados qualificados, oportunidades reais e não apenas pontuais e lúdicas de produção participativa e de avaliação de seus conteúdos.



- *Na Educação Ambiental feita pela comunicação comunitária*, ou seja, num contexto biorregional e local definido, canais de caráter educativo, gestão democrática e de diálogo permanente e não-discriminatório com toda a comunidade, são instrumentos indispensáveis do processo educomunicador socioambiental.

- *Na promoção de concursos e mostras de vídeos de Educação Ambiental* feitos por aparelhos de telefonia celular e transmitidos via internet. Outra possibilidade são os mutirões educativos de produção destes vídeos (sem caráter competitivo).

- *Educomunicação Socioambiental pela arte-educação* e pela produção artística de poesias, músicas, peças de teatro, etc.

### **6.3 Na busca de uma síntese para esta seção**

Ao longo da exposição apresentada nesta seção, entendemos ter sido possível evidenciar que a Política Nacional de Educação Ambiental se constitui como referência para as ações comunicativas em educação ambiental, da mesma forma que as diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental despontam como desencadeadoras dos princípios da educomunicação socioambiental.

Uma outra constatação que pode ser depreendida refere-se a dimensão pedagógica da comunicação ambiental presente na política e no Programa Nacional de Educação Ambiental, a partir da qual a educomunicação é concebida como espaço de prática da cidadania socioambiental, o que se efetiva por meio da problematização da realidade por meio das experiências e promoção de distintas formas de compreender e agir ideologicamente em sociedade em favor das causas coletivas.

O texto aqui apresentado permite identificar o caráter interativo da educomunicação como propiciador da interação e participação dos atores sociais em ações comunicativas em favor da sustentabilidade, mediante a integração entre diferentes saberes populares e a articulação de redes de informação no debate e encaminhamento das questões socioambientais.

Na compreensão construída até aqui, entendemos que a educomunicação permite a valorização de identidades individuais e coletivas mediante o compartilhamento de saberes tradicionais e populares, através do usufruto equitativo dos benefícios advindos da circulação de informações e conhecimentos de diferentes expressões culturais.

Desse modo, ela encarna o compromisso e a luta em favor da democratização da comunicação e o amplo acesso da informação socioambiental sem restrições de quaisquer naturezas, possibilitando o aprimoramento e a consolidação da organização da sociedade civil na produção, acesso e socialização da informação ambiental em favor de toda a sociedade.

É desta forma que a comunicação e a ação educacional constituem-se como um direito humano por excelência em favor da emancipação social, na promoção da ética e do respeito à diversidade socioambiental em todos os domínios da sociedade.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entendemos esta seção, denominada de considerações finais, menos como reprodução sumária do texto principal, do que como visão integrada e, talvez, um pouco subjetiva do trabalho em seu conjunto. Por isso, permitimo-nos retomar a questão-chave e o quadro de objetivos específicos que procuramos particularizar nesta pesquisa e, a partir deles, buscamos estabelecer algumas observações finais.

No delineamento da questão-chave, nossa curiosidade impulsionou-nos a compreender, considerando que o conceito de Educomunicação Socioambiental, a partir da sua constituição, expressa a possibilidade de ocupação de espaços comunicativos com vista a potencializar a voz de atores sociais envolvidos em processos educativos por intermédio do uso de diferentes tipos de mídia, como vem se dando, no contexto das políticas públicas em educação ambiental, a sua apropriação. E a resposta a esta questão mais geral foi se conformando na medida em que buscamos encaminhar o atendimento aos objetivos específicos.

Ao reconstituirmos, em termos de perspectiva histórica, como foram se formando os sentidos e significações que culminaram na formulação do conceito de educomunicação, percebemos que a sua gênese esteve ligada, de um lado, as experiências de comunicação alternativa desencadeadas na trajetória profissional e político-social de Mario Kaplún, baseadas no domínio das técnicas e a na capacidade de promoção de uma comunicação coletiva e com uma função social a serviço das camadas populares; de outro, à influência de pensadores como Juan Diaz Bordenave e, particularmente, Paulo Freire, de quem adota a ideia de que todos os atores sociais tem o direito de participar de processos de comunicação, podendo atuar tanto como receptor quanto como emissor, que vai dar origem a noção de

comunicador popular e à instituição de um sistema de comunicação capaz de promover a educação entre adultos, de organizações populares rurais e urbanas e núcleos cooperados; sendo necessário também considerar o seu atrelamento ao caráter contra-hegemônico e popular, uma vez que as práticas educomunicativas também foram acolhidas como estratégia de resistência as ditaduras que se instalaram na América Latina.

A busca de uma síntese nos leva a inferir, portanto, que nas suas origens a educomunicação foi concebida e tomada como ferramenta de ação e protesto das classes populares, sendo que a tecnologia da comunicação passa a constituir-se como ferramenta para a emancipação dos seres humanos.

No final dos anos 90 do século passado, o professor Ismar Soares, além de apresentar e formalizar academicamente o termo educomunicação, amplia-o no sentido de pensá-lo não somente como leitura crítica das mensagens midiáticas, mas como um conjunto de práticas voltadas para a formação de espaços educativos, mediados por processos tecnológicos da informação, e tem como objetivo ampliar formas de expressão dos membros das comunidades bem como a melhoria do nível comunicativo das ações educativas, tendo como meta o pleno desenvolvimento da cidadania.

A professora Eda Tassara (BRASIL, 2008) nos oferece uma definição de educomunicação que abarca a amplitude das significações que entraram na composição do conceito:

[...] processo de comunicação com intencionalidade educacional expressa e que envolve a democratização da produção e de gestão da informação nos meios de comunicação em seus diversos formatos, ou na comunicação presencial. Educomunicação pode ser definida, também nas práticas educativas que visam levar à apropriação democrática e autônoma de produtos de comunicação, por meio dos quais os participantes passam a exercer seu direito de produzir informação e comunicação. (p. 84).

Posteriormente, ao termo educomunicação agrega-se o adjetivo socioambiental a partir do momento em que se percebe a sua potencialidade para colaborar no processo de construção da cidadania socioambiental, num contexto instalado onde a crise ambiental traspasa a vida cotidiana da sociedade contemporânea.

Ao analisarmos o *Programa de Educação Socioambiental* proposto pelo OG-PNEA como “manual orientador das ações educomunicativas” no intuito de compor um quadro de entendimento sobre o seu referencial conceitual, concluímos que a matriz da proposta, concebida como uma das estratégias da implementação da Política Nacional de Educação Ambiental é delineada pela ênfase na perspectiva do **dialogismo** (que busca a inclusão de atores e perspectivas com valorização de experiências acumuladas, bem como de novos

modos de ver e novas formas de fazer, sempre pelo bem comum, o que exige ampliação dos espaços de diálogo e de argumentação e contra-argumentação) e **interatividade** (canalizar a ação comunicativa advinda dos educadores ambientais, e não apenas levar informação e conhecimento pré-editados; investir na produção de conteúdos de forma aberta e participativa, sem domínio impositivo de tecnologias e de saberes especializados); **transversalidade** (que busque a interface com todos os campos de saber envolvidos na questão socioambiental) e **intermediaticidade** (conjugação e articulação de diferentes modos de canalizar a informação); **encontro** e **integração** (promoção do contato e diálogo entre práticas, conhecimentos, tecnologias, papéis sociais e políticos, numa comunicação socialmente mobilizadora para atuar na formação de alianças e redes); **proteção** e **valorização do conhecimento tradicional e popular** (respeito e favorecimento a autonomia das identidades individuais e coletivas, no contexto das comunidades tradicionais e indígenas); **acessibilidade** e **democratização** (iguais condições de acesso à informação e aos seus meios de produção e à sua gestão participativa, incorporando valores democráticos de forma intrínseca às práticas cotidianas).

No âmbito do Programa de Educomunicação Socioambiental, portanto, o conceito passa a referir-se ao conjunto de valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. A indissociabilidade entre as questões sociais e ambientais no fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos é ressaltada pelo termo socioambiental. A dimensão pedagógica, nesse caso em particular, tem foco no “como” se gera os saberes e “o que” se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza. (BRASIL, 2008, s.p.).

A partir do momento que a Educomunicação Socioambiental se constitui em estratégia e paradigma para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, identificamos que praticamente todas as iniciativas apontam a possibilidade da sua aplicabilidade, identificando mesmo o caráter estruturante que possui com vista ao êxito e alcance dos objetivos desejados. Entre as ações, projetos e/ou programas levados a termo pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, mapeamos a presença da educomunicação socioambiental em processos de educação ambiental formal, não-formal e informal, entre os quais destacamos as seguintes iniciativas: i) Coletivos Educadores; ii) Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente; iii) Projetos Salas Verdes; iv) Programa Juventude e Meio Ambiente; v) Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar; vi) Programa Municípios Educadores Sustentáveis.

Ao analisarmos com um pouco mais de ênfase o exercício e a prática da Educomunicação Socioambiental na iniciativa de política pública de EA conhecida como “Coletivos Educadores”, observamos que a ela é atribuída a condição de vetor capaz de viabilizar o empoderamento e a emancipação dos atores sociais já inseridos na comunidade que se constitui como educadores ambientais populares, mas também como instrumento de comunicação e disseminação da informação capaz de atrair e acolher novos sujeitos para os processos de formação que os Coletivos propõem à semelhança da proposta dos círculos de cultura de Paulo Freire, aliás, é daí que vem a inspiração para os CE.

No que tange a Educomunicação Socioambiental no contexto da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, constatamos que ela cumpre um papel que aproxima mídias e educação dentro dos espaços formais de ensino, viabilizando uma efetiva apropriação de diferentes recursos técnicos no desenvolvimento das etapas da conferência no âmbito das escolas (convocação, animação, apresentação e defesa dos projetos, difusão), contribuindo na internalização dos temas abordados e um envolvimento continuado dos alunos com a causa socioambiental por outros meios, sendo muito recorrente o envolvimento posterior desses alunos com movimentos de juventude que atuam no campo do meio ambiente.

Naturalmente, o grau e a intensidade do envolvimento com recursos técnicos também está relacionado ao território no qual a escola está inserida que, por vezes, limita o escopo da ação, levando os alunos a trabalharem mais com rádio, por exemplo, do que por internet.

No desenvolvimento do trabalho, adentramos nos diversos campos de ação e aplicabilidades dos processos de educação ambiental nos espaços formais, não formais e informais de aprendizagem dos sujeitos sociais. Constatamos que a educomunicação socioambiental é ferramenta profícua e concreta no âmbito dos projetos político-pedagógicos e dos cardápios socioambientais, assim como em cidades, escolas e bairros sustentáveis no sentido de promover a constituição de ambientes genuinamente educadores.

Da mesma forma, observamos que as práticas educacionais assumem relevância no interior das redes de educação e comunicação ambiental à difusão de saberes mediante a interação entre espaços virtuais e presenciais. Também, encontra apoio em pesquisas participativas e inventários socioambientais, sendo comumente acompanhada pela transversalidade das ações de cidadania ambiental.

No que diz respeito à esfera político-institucional ou público-administrativa, tivemos a promulgação de legislações específicas sobre educomunicação ambiental em gestões municipais voltadas a diferentes segmentos sociais e suas respectivas pautas reivindicatórias.

Também vimos que a educomunicação passou a ser realizada no âmbito de organizações não-governamentais e nos domínios de fronteiras interculturais do contexto latino-americano no sentido de intercambiar saberes e experiências entre diversos grupos sociais.

Outras aplicabilidades importantes da educomunicação passam a dar-se no contexto da educação popular, na saúde comunitária, nas ações de gênero e cidadania, no ambiente escolar mediante a relação escola-mídia, nas universidades e escolas de comunicação, nos centros de pesquisa e no âmbito de estruturas educadoras as mais diversas. Assim como o desenvolvimento de experiências na comunicação popular e nos meios de comunicação de massa, na internet, na arte-educação e na gestão ambiental de espaços públicos.

Ao buscarmos um encaminhamento para a questão-chave que orientou o desenvolvimento desta investigação, mesmo que de forma tímida, é possível inferir que a educomunicação socioambiental vem assumindo um papel de centralidade na implementação das políticas públicas de educação ambiental, indo ao encontro da intencionalidade que marca a PNEA desde 2003, que diz respeito a uma educação ambiental crítica e emancipatória, capaz de gerar autonomia nos indivíduos e transformações no mundo.

## 8. REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. **O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade**. São Paulo: Paulus, 2002.

AIRES, Luísa. **Paradigma Qualitativo e práticas de investigação educacional**. UAB, 2011. 69 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BIZONI, M. Alessandra. Educomunicação, uma Revolução na Sala de Aula. Entrevista do professor Ismar Soares. **Jornal Folha Dirigida**, edição de nº 1.396 (08 a 14/12/2005). Disponível em: <http://www.bemtv.org.br/portal/educominicar/pdf/edurevolucao.pdf> Acesso em 03/10/2012.

BOZI, L.T. Alba. A Comunicação Como Direito Fundamental. **Revista de Comunicação Social da Faculdade Novo Milênio**. 1ªed., Vila Velha/ES. Disponível em: [http://www.novomilenio.br/comunicacoes/1/artigo/3\\_albalivia\\_novomilenio\\_1.pdf](http://www.novomilenio.br/comunicacoes/1/artigo/3_albalivia_novomilenio_1.pdf). Acesso em 22/09/2014.

BRASIL. **Cartilha Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis**. Brasília: MMA, 2007. 26 p.

CITELLI, Adilson. **Comunicação e Educação**. 1ªed. São Paulo: Senac, 2004.

CARACRISTI, Maria de Fátima A. “As ideias de Mario Kaplún: fenômeno latino da comunicação educativa”. In: **PCLA**, V. 1, nº 4, jul.-ago., 2000. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista4/perfis%204-2.htm>. Acessado em 18/11/2014.

CZAPSKI, Silvia. **Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: CGEA/MEC, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001647.pdf>. Acessado em 17/10/2012.

\_\_\_\_\_. **Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil (1997/2007)**. Brasília: DEA/MMA, 2009. 393 p.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução nº 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relacionadas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21 – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 472p. (Série ação parlamentar; nº 56).

DOCUMENTOS TÉCNICOS. II Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Brasília: MMA/MEC (Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, MMA/MEC), 2007. (Série Documentos Técnicos, nº 11).

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: **Revista História da Educação**, Porto Alegre: UFRGS, v.4, nº 8 (2000), p. 141-174.

FERRARO JÚNIOR, Luiz A.; SORRENTINO, Marcos. Coletivos Educadores. In: **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005. p. 17-25.

FONTENELLE, M. Alessandro, NOBRE, M. Itamar, **Educomunicação como forma de garantir o direito humano a comunicação e a cidadania**, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessário à prática educativa**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Maria T. M. ; CARVALHO, Denise W., Educomunicação: Construção Social e Desenvolvimento Humano – um relato de pesquisa, Seminário de Educação na Região Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2381/902>. Acessado em 14/09/2012.

FREITAS, I. M. D. **A utopia compartilhada e o compartilhar como utopia. A Educação Ambiental no contexto de uma experiência ecológica integral: a Eco-Comunidade del Sul**. Rio Grande, 2003. 211 p. (Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro, 1989.



KAPLÚN, M. **El comunicador popular**. Buenos Aires: Humanitas, 1986.

LIMA, G. L. **Educomunicação, Psicopedagogia e prática radiofônica – estudo de caso do Programa de rádio “Cala-Boca Já Morreu”**. São Paulo: ECA/USP, 2002. (Dissertação de Mestrado).

LONERGAN, Bernardj. F. **Method in Theology**. In: TRABER, Michael. **A comunicação é parte da natureza humana: uma reflexão filosófica a respeito do direito a se comunicar**. New York: Herder and Herder, 1972.

LOUREIRO, C. F. B. **Emancipação e complexidade: para o repensar das tendências em Educação Ambiental**. **Cadernos de Educação (UFPEL)**, v. 1, p. 147-162, 2007.

MARTÍN-BARBERO, J. M. **La educación desde la comunicación**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cidade Virtual: Novos Cenários da Comunicação**. **Revista Comunicação & Educação**, nº 11, São Paulo: Moderna, 1998, p.53-67.

\_\_\_\_\_. **Retos culturales de la comunicación a la educación**. Elementos para una reflexión que está por comenzar. **Revista Reflexiones Académicas**. Nº 12, p.45-57, Santiago: Universidad Diego Portales, 2000.

MELO, J.M. de (Coord.). **Mis primeiros cinquenta años de aprendiz de comunicador. Mini-autobiografia profissional**. Mario Kaplún. In: **BOLETIM ALAIC**, nº 7-8, São Paulo, 1992.

MENEZES, Ebenezer de. **Um novo campo entre a comunicação e a educação**. Agência EducaBrasil. Disponível <http://www.educabrasil.com.br/eb/exe/texto.asp?id=447> Acessado em 14/10/2012.

MILES, M.; HUBERMAN, A. **Qualitative data analysis**. 2ª ed., Thousand Oaks, CA: Sage.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social; Teoria, método e Criatividade**. 18ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001. (Coleção Temas Sociais).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Relatório de Gestão 2003-2006**. Brasília: DEA/MMA, 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura+20&idConteudo=5899>.

\_\_\_\_\_. **Passo a Passo da Conferência do Meio Ambiente na Escola**. Brasília: MMA/PRONEA, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educaçaoambiental/com.vida.pdf>

MORAN, J. M. **Leituras dos Meios de Comunicação**. São Paulo, Pancast, 1993.

ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis. Brasília: MEC/MMA. 2006. (Boletim Coleciona 00).

SARTORI, Ademilde Silveira; SOARES, Maria Salete Prado. Concepção Dialógica e as NTIC: A Educomunicação e os Ecossistemas Comunicativos. In: **Anais do V Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, 19 a 22 de setembro de 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/81445957/CONCEPCAO-DIALOGICA-E-AS-NTICS-A-EDUCOMUNICACAO-E-OS-ECOSSISTEMAS-COMUNICATIVOS>.

SARTORI, A. & MARTINI, R. **Inter-relações entre comunicação e educação: a Educomunicação nas práticas sociais e na educação a distância**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-2148-1.pdf>

SCHAUN, Ângela. **Educomunicação: Reflexões e Princípios**. 1ª ed., Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2002.

SILVA, Walberto Barbosa. **A pedagogia de Paulo Freire e as contribuições da programação neurolinguística: uma reflexão sobre o papel da comunicação na Educação Popular**. UFPB, 2006. 85 p. (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Ismar de Oliveira. **“La Comunicación/Educación como nuevo campo de conocimiento”**. In: VALDERRAMA, Carlos Eduardo. **Comunicación-Educación: Coordinadas, Abordajes y Travesías**. Universidad Central, Bogotá, 2000 p. 27-47.

\_\_\_\_\_, **Uma Educomunicação para a Cidadania**, Disponível em <http://www.usp.br/nce/aeducunicacao/saibamais/textos/> Acessado em 13/10/2013.

\_\_\_\_\_, **Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**. In Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte. Brasília: UNB, ano 1, n. 2, p. 5-75, jan./mar., 1999.

\_\_\_\_\_, (2000a) **Educomunicação: um campo de mediações**. Revista Comunicação & Educação no 19. São Paulo, Segmento/ECA/USP, ano 7, p.12-24, set./dez. 2000.

\_\_\_\_\_, (2000b) **Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção social. O caso dos Estados Unidos**. In: ECCOS, UNINOVE, São Paulo, v.2 n.2, p.61-80, dez., 2000.

\_\_\_\_\_, (2002a) **Metodologias da Educação para Comunicação e Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina**. In BACCEGA, M. A. (org.). **Gestão de Processos Comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.

TASSARA, Eda T.; TASSARA, Helena; ARDANS, Hector Omar. Empoderamento (Versus Empoderar-se). In: FERRARO Junior, Luiz Antonio (Org.). **Encontros e Caminhos. Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014. Vol. 3, p. 155-162.

TAVOLARO, Sérgio Barreira F. “Ação Comunicativa”. In: **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005. p. 17-25

TRAJBER, Rachel. Educomunicação para Coletivos Educadores. In: **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005. p. 151-158.

#### **Sites citados**

<http://janinaejose.pbworks.com/w/page/6970481/FrontPage>.

<http://proea-prg.blogspot.com.br/>

Entrevista do professor Ismar Soares, ao jornal Folha Dirigida, na edição de nº 1.396 (08 a14/12/2005).

<http://www.bemtv.org.br/portal/educominicar/pdf/edurevolucao.pdf> acesso 13/10/2012

## **9. ANEXOS**

